

Estêvão e a Ação Popular (AP): a história da AP nas memórias de Duarte Pereira

Reginaldo Benedito Dias¹

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.30024

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como a trajetória da Ação Popular (AP), organização de esquerda das décadas de 1960 e 1970, é narrada e interpretada por Duarte Pacheco Pereira, um dos mais importantes dirigentes de sua história. Caracterizada por sua origem heterodoxa, influenciada pelo humanismo cristão, pelo existencialismo e pelo marxismo, a AP estabeleceu, na conjuntura posterior a 1964, um processo de ruptura com seu passado e de adesão à tradição do marxismo-leninismo, que foi permeado por tensões e cisões políticas. Investigando a interface entre as suas memórias e a história da AP, procura-se aferir sua contribuição à interpretação da singular práxis dessa organização política. A análise tem o suporte de entrevistas concedidas por Duarte Pacheco Pereira, de uma palestra que ele proferiu e do fundo documental que leva seu nome, disponível no Arquivo Edgard Leuenroth.

Palavras-chave: Ação Popular Marxista-Leninista; Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira; ditadura civil-militar brasileira; esquerda católica, maoísmo.

Estêvão and Ação Popular (AP): the history of the ap in Duarte Pereira's memoirs

Abstract: The history of the Brazilian Popular Action [Ação Popular, AP], a leftist organization, which flourished in the 1960 and 1970s, is analyzed. It has been narrated and interpreted by Duarte Pacheco Pereira, its most important head. Characterized by its heterodox origin and influenced by Christian Humanism, Existentialism and Marxism, the AP broke off from its past history and its adherence to Marxist-Leninist tradition, in the 1964 aftermath pervaded as it was by political tensions and strives. The investigation of the interface between Duarte's memoirs and AP history makes possible an evaluation of his contribution in the interpretation of the unique praxis of the political organization under analysis. Current investigation is foregrounded on interviews with Duarte Pacheco Pereira, on a conference which he gave and on the documental legacy available in the Edgard Leuenroth Archives.

Keywords: Marxist-Leninist Popular Action; Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira; Brazilian civil and military dictatorship; Catholic Left; Maoism.

Estevão y la Acción Popular (AP): la historia de la Acción Popular en las memorias de Duarte Pereira

Resumen: El objetivo de esto artículo es analizar como la trayectoria de la Acción Popular (AP), organización de izquierda de las décadas de 1960 y 1970, es narrada e interpretada por Duarte Pacheco Pereira, uno de los más importantes dirigentes de su historia. Caracterizada por su origine

¹ Professor Associado do Dep. de História, da Universidade Estadual de Maringá. Doutor em História Política. Unesp. Email: regi402003@yahoo.com.br

heterodoxa, influenciada por el humanismo cristiano, por el existencialismo y por el marxismo, la Acción Popular estableció, en la coyuntura posterior a 1964, un proceso de ruptura con su pasado y de adhesión a la tradición del marxismo-leninismo, que fue permeado por tensiones y cisión políticas. Investigando la interface entre sus memorias y la historia de la Acción Popular, procurase evaluar su contribución a la interpretación de la singular praxis de esta organización política. La analice tiene el soporte de entrevistas concedidas por Duarte Pacheco Pereira, de una palestra que él profirió y del hondo documental que lleva su nombre, disponible en el Archivo Edgard Leuenroth.

Palabras-claves: Acción Popular Marxista-Leninista; izquierda católica; Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira; dictadura civil-militar brasileña, maoísmo.

Recebido em 04/12/2015 - Aprovado em 29/08/2016

Preâmbulo

O presente artigo tem por objetivo analisar como a trajetória da Ação Popular (AP), organização de esquerda das décadas de 1960 e 1970, é interpretada por Duarte Pereira, um dos mais influentes dirigentes de sua história.

A problemática da história da Ação Popular está balizada por sua singular origem, fortemente influenciada pela radicalização política de jovens católicos e evangélicos, e pelas rupturas e transformações ideológicas que promoveu no curso de poucos anos. Diferentemente de outras organizações de esquerda que foram constituídas, na década de 1960, como oposição e alternativa à linha política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a AP não reivindicava, inicialmente, uma identidade especificamente marxista.

Fundada em 1963 como movimento político dotado de uma ideologia própria, a AP tentava elaborar, em seus primórdios, uma espécie de síntese entre o cristianismo, o existencialismo e o marxismo. Depois do golpe de Estado de 1964, porém, promoveu radical processo de transformação política, orgânica e ideológica, rompendo com suas origens heterodoxas e aderindo ao marxismo-leninismo.

O singular fenômeno despertou interesse tanto de estudos que o focalizam como expressão do relacionamento entre as religiosidades e o processo de radicalização política (DIAS, 2008) quanto de pesquisas que o abordam a partir do campo da esquerda revolucionária daquele período. Qualquer que seja o ângulo, como capítulo da história das religiões ou da esquerda, ou ainda como interseção entre esses campos, tal transformação está no centro da interpretação. Exemplo é a forma como o historiador Marco Aurélio Garcia (1979) intitulou sua pioneira e influente contribuição: “AP: do cristianismo ao marxismo-leninismo”.

Conforme Pollak (1989, p. 10), um partido político não pode mudar drasticamente de direção “a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização”. No desenvolvimento interno da AP, esse processo se caracterizou por divisões e cisões, motivadas por disputas acerca de quais seriam os passos mais consequentes para transformá-la no partido de vanguarda da revolução brasileira. Não se

tratava apenas, o que por si só geraria grande repercussão, de redefinição de objetivos e de estratégia. Exigia-se a reelaboração da identidade e de sua relação com o passado da organização.

Por isso mesmo, a interpretação dos acontecimentos e do significado da história da AP se sujeita a duras disputas de memória. No universo editorial, com sistematização variada, estão disponíveis exemplos de diferentes narrativas acerca dessa experiência, elaboradas por outros importantes ex-dirigentes: Herbert de Souza (1976), Luiz Alberto Gómez de Souza (1987), Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984). O presente artigo amplia esse debate sistematizando a especificidade da interpretação de Duarte Pereira.

Fundador da AP, membro da equipe que elaborou seu “Documento-Base”, aprovado em seu primeiro congresso, dirigente da União Nacional dos Estudantes (UNE) na conjuntura do golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, Duarte Pereira foi membro do núcleo dirigente da organização de 1965 a 1973, não obstante as variações de formas e nomes de instâncias, quando tal transformação ocorreu.

De 1963 a 1973, Duarte Pereira vivenciou diretamente todas as fases da história da AP, engajando-se nas várias dimensões da militância ensejadas pela práxis da organização: foi dirigente estudantil ou sindical, articulador da intervenção junto ao movimento operário, coordenador de trabalhos de formação política e da imprensa partidária. Dono de sólida formação intelectual, é reconhecido, pelos seus contemporâneos e pelos pesquisadores acadêmicos, como um dos principais elaboradores da linha política da AP. De acordo com livro de memórias de Aldo Arantes (2013, p. 194), desde o congresso de fundação, Duarte Pereira assumiu progressivamente “um papel de liderança política e intelectual na direção da organização. Passou a redigir todas as decisões importantes adotadas. (...) Teve papel destacado na adesão ao marxismo”.

Como membro do núcleo dirigente no período de definição marxista-leninista, foi um dos protagonistas no debate acerca da aproximação com o Partido Comunista do Brasil, que culminou na adesão da maioria da AP ao citado partido em 1973. Outro setor, tido como minoritário, procurou reorganizar a AP na fase seguinte. Membro da ala majoritária na maior parte desse processo, por divergências que serão abordadas adiante, Duarte Pereira distinguiu-se no desenlace, não se incorporando ao PC do B.

Em 1999, produziu um ensaio, intitulado “Estêvão e o Partido Comunista do Brasil”, sistematizando seu posicionamento a respeito daqueles acontecimentos. Em anexo, incorporou um esquema interpretativo sobre a história da AP, intitulado “Onze anos de lutas e de avanço no caminho da revolução”, produzido em 1973, do qual consta uma periodização comentada. Ainda em 1999, decidiu doar amplo acervo documental que preservou, mesmo em condições de clandestinidade, ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas (Unicamp). Concedeu, então, extensa entrevista a professores da Unicamp, incorporada ao fundo documental, analisando aspectos centrais da experiência da AP.

Tal fundo documental converteu-se em importante manancial para os pesquisadores. Alguns deles, além da consulta ao arquivo e do acesso à entrevista, lograram êxito no diálogo direto com Duarte Pereira. Por um caminho ou por outro, a

produção acadêmica a respeito da história da AP não prescindiu da interlocução com esse protagonista político.

Para investigar a interpretação de Duarte Pereira, é necessário observar duas coordenadas. A primeira é a relação de sua memória pessoal com a experiência coletiva da AP (HALBWACHS, 1990). Por um lado, seus registros estão balizados por um conjunto de referências comuns, constituído pela experiência da organização. Por outro lado, há uma clivagem relativamente específica, presente nas disputas pela redefinição de estratégias e identidades durante a vida da AP, que se estendeu após sua extinção. A segunda coordenada diz respeito à relação entre o presente e o passado na produção da memória (HALBWACHS, 1990). Isso exige a percepção não apenas do lugar ocupado pelo narrador nas disputas, mas também dos momentos de elaboração e reelaboração de sua memória. Assim, cumpre cotejar seus testemunhos com os documentos da época de atividade na AP.

A análise tem como suportes: a) depoimento concedido ao AEL (PEREIRA, 1999); b) entrevistas ao autor deste artigo (PEREIRA, 2011); c) palestra que proferiu sobre a história da AP, no calendário da série de eventos “Sábados Resistentes” (PEREIRA, 2014); d) o fundo documental que leva seu nome, disponível no AEL; e) o documento “Estêvão e o Partido Comunista do Brasil” (PEREIRA, 1999B) e seus anexos (PEREIRA, 1973); f) fundos documentais disponíveis em outros arquivos.

Aproximação e ingresso na AP

Duarte Pereira relata que sua aproximação com a AP, então em fase de formação, ocorreu em julho de 1962, durante o XXV Congresso da UNE, do qual participou como delegado pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade de Direito de Salvador (PEREIRA, 1999):

Eu tinha certa influência na bancada da Bahia, da qual fazia parte. Foi aí que comecei a estabelecer contato com o Betinho (Herbet de Souza), com o Vinícius (Caldeira Brandt), com o Aldo Arantes. Eles me convidaram para participar de reuniões da AP, ainda que eu não fosse membro da AP, na tentativa de formar uma área de apoio maior.

A alusão a Herbet de Souza e a Aldo Arantes é representativa do papel desempenhado pela Juventude Universitária Católica (JUC) na formação da AP. Como demonstra ampla bibliografia, de natureza acadêmica ou da autoria de ex-dirigentes, embora tenha sido um processo mais amplo, a gênese da AP está associada à radicalização política da esquerda católica, sobretudo dos setores ligados à JUC.

No ano anterior, por ocasião da realização do XXIV Congresso da UNE, ocorrera a ascensão de líderes da JUC ao comando da entidade estudantil, representada pela eleição de Aldo Arantes para a presidência. Inserida em um contexto em que a sociedade brasileira registrava a ascensão de movimentos e projetos de esquerda, a

radicalização da juventude católica esbarrou nos limites tolerados pela cúpula da Igreja, visto que, no campo das ideias, havia aproximação com o horizonte socialista e com projetos de revolução brasileira e, na ação concreta, havia aliança com o partido comunista, necessária, por exemplo, para a conquista da direção da UNE. Já no final de 1961, a hierarquia eclesial censurou tais movimentações, proibiu a participação de militantes da JUC em entidades estudantis nacionais e expulsou Aldo Arantes, então presidente da UNE, de suas fileiras (LIMA & ARANTES, 1984).

Para a juventude católica, os limites institucionais eram muito estreitos e não atendiam ao objetivo de articulação de um movimento que aglutinasse por identidade política e não por vínculos eclesiais. Em 1962, foram desencadeadas articulações e reuniões com vistas à fundação de tal movimento.

A primeira reunião ocorreu no mês de maio de 1962, em Belo Horizonte. A embrionária organização aprovou um documento em que afirmava o compromisso com o socialismo e com a revolução brasileira e adotou o nome de Grupo de Ação Popular (GAP). O “grupão”, nome como o coletivo ficou então conhecido, forma de se distinguir da sigla do conservador Grupo de Ação Patriótica, consolidou-se no período da greve por 1/3 de representação estudantil nos órgãos colegiados de direção das universidades e das faculdades, desencadeada na gestão de Aldo Arantes à frente da UNE. No curso da caravana “UNE volante”, em paralelo às atividades da entidade estudantil, ampliou-se a articulação em favor do novo movimento (SOUZA, 1976).

Em junho de 1962, na cidade de São Paulo, houve a segunda reunião, com representação de 14 estados (LIMA & ARANTES, 1984). Foram efetivados o nome Ação Popular e a sigla AP. O Congresso que formalizou a fundação viria a ocorrer em fevereiro de 1963, em Salvador, mas a AP tinha existência concreta desde meados do ano anterior. Foi entre essa segunda reunião nacional e o congresso de fundação que houve a aproximação e o ingresso de Duarte Pereira na AP. Ele complementa:

Foi no segundo semestre de 1962 que eu recebi um convite pra entrar formalmente na AP. O convite me foi feito pelo estudante da Faculdade de Engenharia chamado Severo Sales, uma das figuras importantes da AP na Bahia. Ele tinha a particularidade de, já nessa época, declarar-se ateu. Ele não pertencia à JUC e já se declarava marxista. Foi ele que me recrutou para a AP, e não uma figura destacada da JUC. (...) Eu entrei via Severo. No segundo semestre de 1962, eu passo a fazer parte da AP na Bahia (PEREIRA, 1999).

Duarte Pereira enfatiza a especificidade de sua trajetória e as nuances que caracterizaram a formação da AP. Na citação acima, relativa a seu ingresso, há duas variações. Primeira, a presença de um dirigente que se declarava marxista; segunda, o ingresso de cristãos não vinculados à Ação Católica. Esse também era o seu caso

(PEREIRA, 1999): “Todo mundo pensa que fui da JUC. Nunca fui da JUC. Tenho outra trajetória”. Detalhou o ambiente universitário que vivenciou e suas vinculações:

Havia a JUC, mas não tinha uma liderança muito expressiva na Faculdade de Direito. Havia outro grupo, que nós chamávamos de esquerda independente, ao qual eu me filiei e com o qual trabalhei por muito tempo. Esse grupo reunia cristãos, como eu ainda era, católicos ou protestantes, jovens que já não se diziam religiosos e que seguiam muito a influência existencialista (PEREIRA, 1999).

Sua formação escolar e a visão de mundo que detinha naquele momento foram, contudo, influenciadas pelos vínculos que mantivera com instituições católicas. Baiano de Santo Amaro da Purificação, Duarte Pereira foi aluno do Liceu Salesiano da Bahia, localizado em Salvador. Dadas as dificuldades financeiras vividas por sua família, agravadas pelo falecimento de seu pai, era aluno bolsista. Na origem, por coerência com sua natureza de Liceu, a instituição deveria combinar o ensino humanista com a formação profissionalizante, mas prevalecia uma estrutura dualista rígida, parte voltada aos alunos de elite e parte aos alunos pobres, com prioridade aos primeiros. A contradição aguçou sua sensibilidade política: “aquilo me chocava porque era o contrário da proposta do Dom Bosco” (PEREIRA, 1999). Tal percepção gerou consequências: “por volta do 3º ano ginásial, decidi ser padre salesiano para fazer o que a Ordem tinha deixado de fazer” (PEREIRA, 1999).

Nessa nova fase, deu seus primeiros passos no movimento estudantil. “Comecei minha militância como estudante secundarista, no Seminário Central da Bahia, onde ocupei cargos no grêmio, fundei o jornal ‘O Acadêmico’ e ajudei a organizar o primeiro encontro sobre reforma do Seminário” (PEREIRA, 1999).

No entanto, a crise de sua relação com instituições católicas agravou-se. Primeiro, “fui percebendo que havia uma ênfase na formação litúrgica, nos ritos da igreja”. Segundo, divergia do acento na virtude da obediência e da submissão. Terceiro, selecionado para desenvolver atividades junto ao cardeal, testemunhou que o líder agia como “um príncipe da Igreja” e privilegiava “a elite rica da Bahia” (PEREIRA, 1999). Desabafa: “fui me convencendo de que essa não era a igreja que eu queria. Não era o projeto de vida que eu tinha alimentado” (PEREIRA, 1999).

Nesse período de seminário, iniciou o curso de Filosofia. Seu horizonte intelectual foi então ampliado, visto que tomou contato

com literatura teológica progressista que começava a existir na Igreja Católica. Não dentro dos cursos do seminário, mas paralelamente, às vezes até escondido, com a ajuda de colegas. Comecei a tomar contato com Henry du Lubac, com (Yves Marie-Joseph) Congar, com (Antonin-Dalmace) Sertillanges, com outros teólogos que viriam a ter um papel

importante no Concílio Vaticano II, que representou uma renovação no pensamento cristão, outra forma de encarar aquela fé que eu ainda partilhava (PEREIRA, 1999).

Ao sair do seminário, decidi passar um ano sem estudar. Trabalhei, então, em uma empresa aérea, a Varig, onde teve sua primeira experiência sindical e participou da greve geral dos aeronautas e dos aeroviários. Outro fato foi sua participação na criação do periódico sindical “Variguionando”, prenúncio de sua verve de jornalista. Passada essa fase, ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, mesmo sem pretender seguir o ofício de advogado, atraído pela formação humanista do curso. Logo se integrou ao Centro Acadêmico Ruy Barbosa, primeiro como secretário da Cultura e depois como presidente da entidade. A chapa que liderou distinguia-se na história do C.A. Por um lado, era presidida por um estudante independente que mantinha “aliança com o PC e (...) com a JUC, mas não vindo das fileiras do PC” (PEREIRA, 1999). Por outro, em face da força da coalização, os tradicionais setores de direita não se apresentaram para a disputa.

Foi nessa conjuntura que se incorporou ao processo de formação da AP. Reitera que se mantinha cristão e assim permaneceria por vários anos, mas havia firmado convicção de não mais se vincular a instituições eclesiais ou a movimento dirigido pela hierarquia católica. Procurava atuar por meio de instituições mais amplas, visando ao desenvolvimento de uma “ação secular, que envolvesse pessoas de diferentes denominações religiosas e pessoas que não tinham religião” (PEREIRA, 1999). Define assim sua identidade naquele momento: “eu me considerava ainda cristão, cada vez mais cristão ecumênico e cada vez mais um cristão marxista” (PEREIRA, 2014).

Tais demarcações não retiram o reconhecimento do protagonismo da JUC na formação da AP. Em depoimento ao AEL, afirmou: “a AP, como é sabido pelos que estudaram a sua história, nasce fundamentalmente da juventude universitária e da JUC” (PEREIRA, 1999). Entretanto, se a JUC foi o tronco principal, acentuou, em palestra recente, que “não existe esse nexos direto que às vezes é bastante divulgado. Não só boa parte dos militantes da JUC não ingressou na AP, como parte dos militantes da AP não era da JUC” (PEREIRA, 2014). Formula a relação da seguinte maneira: “a AP nasceu da crise política da JUC (...), quando a JUC encontrou seus limites para atuação progressista na própria hierarquia da Igreja Católica” (PEREIRA, 2014).

Além disso, identifica outras influências. Dentro do cristianismo de esquerda, suas intervenções registram a interface com vertentes protestantes:

Outra observação que eu faria é que a juventude evangélica - não só Presbiteriana, mas Metodista, Anglicana e Batista, são várias denominações - já estava vivendo um processo de renovação anterior ao da JUC. Elas já tinham organizações que eram semelhantes à JUC e à JEC: a UCEB, chamada União Cristã dos Estudantes do Brasil, e a ACA, Associações Cristãs Acadêmicas, que eram mais do nível universitário. Com essas observações, que eu poderia

alongar mais, quero ressaltar que também uma parte da juventude evangélica teve participação nesse processo da criação da AP (PEREIRA, 2014).²

Outra vertente que aponta na formação da AP era de um setor que denomina de esquerda independente: “não era nem da JUC nem de nenhuma dessas organizações evangélicas progressistas” (PEREIRA, 2014). Em suma: “a AP não veio em uma linha direta da JUC. Ela teve também uma linha que vinha da evolução progressista da igreja evangélica e outra de setores independentes que aderiram” (PEREIRA, 2014).

Ao esquadrihar a composição social, ressalta que, embora houvesse prevalência da juventude e de estudantes, “a AP teve advogados, sociólogos, economistas. A organização já tinha quadros formados. E tinha, desde o começo, operários, poucos, mas tinha. Tinha também lideranças camponesas desde o começo” (PEREIRA, 2014). De acordo com seu balanço, “a maioria esmagadora era formada por estudantes universitários, mas a AP já tinha ramificações em outros setores sociais. E vai fazer todo empenho para evoluir nessa direção” (PEREIRA, 2014). Aos intérpretes que menosprezam essa diversidade na formação da AP, assegura: “A aproximação desses setores ajudou a AP a avançar em suas formulações. Basta comparar os documentos dos dois primeiros encontros de 1962, tão imprecisos, onde não consta uma verdadeira opção pelo socialismo, com o Documento-Base” (PEREIRA, 2002).

Nesse diapasão, em suas últimas intervenções, sugeriu que a fase anterior ao congresso poderia ser vista como uma espécie de “pré-história” da AP, porque ela ainda não existia como organização. Entende que “a formalização da AP com programa, com direção, como organização etc., dá-se no Congresso de Salvador” (PEREIRA, 2014). Não significa que não considere o período anterior, incorporado à periodização que compôs em 1973, mas que lhe atribui uma característica diferente.

O 1º. Congresso da AP e o Documento-Base

Duarte Pereira não apenas participou do congresso de fundação da AP, mas também teve responsabilidades organizativas e integrou a equipe que elaborou sua resolução, o “Documento-Base”. Segundo o seu mapeamento, “a AP nasceu de uma articulação que envolvia, fundamentalmente, Minas Gerais, Rio de Janeiro e, secundariamente e mais à frente, São Paulo”. A presença da Bahia era crescente: “Tanto que o congresso foi realizado com nosso apoio material na Escola de Veterinária, no campus de Ondina, no carnaval de 1963” (PEREIRA, 1999).

Em sua avaliação, “foi um congresso ainda não muito formalizado, não houve um grande debate nacional, não houve eleição de delegados” (PEREIRA, 1999). Isso se refletia no processo de formulação das teses: “Às vésperas do congresso, quando o Luiz Alberto chegou para ajudar, não havia projetos de resoluções. Ele chegou para tentar

²Expressão dessa mobilização da juventude evangélica, em 1962 ocorreu a Conferência “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, em Recife. Foi presidida pelo setor de Responsabilidade Social da Igreja, da Confederação Evangélica do Brasil.

redigir esses projetos gerais. Achemos aquilo extremamente precário” (PEREIRA, 1999). A ideia inicial era compor um anteprojeto com três partes: perspectiva filosófica, perspectiva histórica (mundial, latino-americana e brasileira) e socialismo. Por causa de sua formação acadêmica e conhecimento prévio das ideias do Padre Henrique Vaz, inspirador da geração que vinha da JUC, Duarte Pereira foi encarregado de desenvolver a seção de perspectivas filosóficas.

Duarte Pereira salienta que o Pe. Vaz, mesmo sem vínculo organizativo, foi o líder intelectual durante essa primeira fase da AP. A ascendência seria verificada na elaboração do “Documento-Base”. Esclarece a forma como ocorreram sua participação pessoal e a influência do filósofo na formulação da resolução do congresso: “O Pe. Vaz estava dando um seminário para a JUC em Aracaju. Conseguimos autorização para eu assistir ao seminário da JUC, embora não fosse membro, porque eram essas ideias que passavam a esquerda católica na época” (PEREIRA, 1999).

De volta a Salvador, com subsídios colhidos nos cursos e nos diálogos diretos com o filósofo, Duarte Pereira, ao lado de Luiz Alberto Gómez de Souza e de Herbet de Souza, participou da elaboração do anteprojeto do “Documento-Base” e, depois, integrou a equipe responsável por sua redação final. Na dinâmica do congresso, houve a subdivisão em quatro grupos temáticos de debates, aos quais correspondiam relatórios para aprovação em plenário. Assim, desmembrou-se um capítulo sobre a evolução da realidade brasileira. Aos três membros já citados, somou-se Vinicius Caldeira Brandt, relator do novo eixo temático. No plano inicial, o documento seria aberto pelo capítulo de perspectivas filosóficas, mas houve a alteração da ordem, ficando no início a seção de perspectiva histórica mundial e latino-americana. Antecipando a análise da realidade, identifica-se a ressonância do método “Ver, Julgar e Agir”, presente no imaginário dos estudantes de origem católica.

A versão final ainda contou com a assessoria do Pe. Vaz. Entretanto, Duarte Pereira (1999) informa que o filósofo “não redigiu antes e não redigiu depois. Ele apenas se comprometeu a dar uma edição final, dar mais consistência ao documento aprovado no congresso. As ideias básicas eram as que ele vinha defendendo”. Na fase de transição da JUC para a AP, Pe. Vaz teria contribuído para a superação das concepções, até então influentes, de Jacques Maritain e do pensamento neotomista mais tradicional, introduzindo uma visão dialética. Como era um dos mais importantes filósofos hegelianos de sua geração, “do ponto de vista marxista, tratava-se de uma dialética de base idealista, de base cristã” (PEREIRA, 1999).

O “Documento-Base” sistematizou a identidade da AP em torno da elaboração de ideologia e de caminhos próprios, buscando formular uma nova síntese política, em que podiam ser reconhecidas influências do cristianismo, do existencialismo e do marxismo. O conceito-chave era o “socialismo como humanismo”, por meio do qual a AP criticava as ditaduras de esquerda e o chamado socialismo real. Defendia-se a tese de que, no complexo mundo socialista em gestação, poderiam existir experiências com orientações ideológicas plurais. A realidade comportava a possibilidade de diversas concepções de passagem ao socialismo (AÇÃO POPULAR, 1963).

Na formulação da estratégia política, em contraponto à linha do PCB, recusa a concepção de que deveria haver uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária à revolução brasileira. Não supunha possível, contudo, uma revolução imediata. A AP dispunha-se a desencadear o que chamou de “processo de preparação revolucionária”, definido, genericamente, como “mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 37). “O Documento-Base” afirma que não cabia à AP antecipar como ocorreria o processo revolucionário. Reconhecia, porém, que “a história não registra quebra de estruturas sem violência gerada por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência” (AÇÃO POPULAR, 1963, p.30).

Nas fases seguintes da história da AP, o “Documento-Base” viria ser criticado na razão direta de sua transformação em uma organização marxista-leninista. Duarte Pereira foi protagonista e um dos elaboradores desse processo de autocrítica. Em 1973, no debate de adesão da maioria da AP ao PC do B, sistematizou uma periodização comentada da história da organização. O objetivo era subsidiar a produção de uma avaliação global da experiência, mas esse outro documento não chegou a ser redigido, em razão dos desencontros de sua posição com a de outros membros da maioria.

Essa periodização sistematizou temas presentes em documentos que a AP elaborara no pós-1964, quando reuiu suas posições iniciais. Com efeito, define-se que a AP surgiu “como um partido democrático combativo, mas impregnado de ilusões reformistas” (PEREIRA, 1973). Haveria forte influência reformista, anticomunismo e definição ambígua sobre o socialismo. A descrição desses documentos elaborados no processo de autocrítica, contemplada na sequência deste artigo, contribuirá para a compreensão do sentido desses tópicos no bojo da documentação geral da AP.

De qualquer forma, nas entrevistas que concedeu nos últimos anos, Duarte Pereira oferece uma visão bastante nuançada daqueles primórdios e da linha política que os regia. Destaca, assim, aspectos que considera avançados no “Documento-Base”. Em primeiro lugar,

o que essa geração da JUC e da AP representa é que ela rompe com uma concepção de Democracia Cristã, com qualquer projeto político que fosse especificamente só de cristãos e que formasse também um partido só de cristãos ou que tomasse por base essa referência. Por isso, essa geração se recusou a fazer parte do Partido Democrata Cristão que então existia, que tinha uma Juventude Democrata Cristã e que, em alguns estados, tinha até setor de esquerda dentro dessa juventude, como no Paraná (PEREIRA, 1999).

Em segundo lugar,

rompíamos com uma tradição que marcava mesmo a esquerda cristã, a esquerda católica, que era a de buscar a chamada Terceira via, nem capitalismo nem socialismo marxista, o socialismo como já era praticado em vários países do mundo, mas buscar uma terceira via, um caminho inteiramente distinto (PEREIRA, 1999).

Enfatiza que a AP se colocava claramente no campo socialista, com divergências distintas:

Embora ainda com críticas às experiências socialistas que estavam em curso, não muito bem precisas e nem bem formuladas, mas que tinham a ver com a política cultural, política religiosa, com aspectos antidemocráticos que nós identificávamos nessa experiência, com determinados aspectos também da base econômica muito centralizada. Mas nós nos colocávamos nesse campo, mesmo do ponto de vista da política internacional (PEREIRA, 1999).

Formula a relação da seguinte maneira:

É um documento que define claramente a organização pelo socialismo, pretende uma crítica de esquerda às experiências socialistas realmente existentes. Não adere a uma perspectiva marxista, mas não adere a uma perspectiva claramente cristã. Quer fazer um movimento socialista amplo que pudesse receber a adesão tanto de cristãos como de não cristãos (PEREIRA, 1999).

Na doutrina social da Igreja, explica, “o socialismo é intrinsecamente mau, porque ateu, porque traduz uma concepção materialista da vida, enquanto o capitalismo é reformável” (PEREIRA, 1999). No “Documento-Base” (PEREIRA, 1999),

a problemática se transforma. Passa a ser o socialismo que pode ser reformado, que pode eliminar seus elementos tirânicos de perseguição religiosa, falta de democratização. É o capitalismo que é estruturalmente perverso. A nossa geração cristã faz essa inversão e, com isso, rompe radicalmente com o capitalismo e se coloca no campo socialista.

Em relação à estratégia política, Duarte Pereira procura resgatar o sentido com o qual ela foi elaborada na época, criticando formulações, presentes em memórias de outros ex-dirigentes e em documentos posteriores da AP, que classificam aquela fase apenas como reformista, resultado das reformulações vividas no pós-1964 (PEREIRA, 1999):

Na realidade, esse documento tinha uma visão política inicial que falava em preparação revolucionária. Essa era a nossa perspectiva. Nós participávamos das lutas pelas chamadas reformas de base, não com a perspectiva da reforma ser um substituto da revolução, mas como uma forma de preparar a transformação revolucionária. Desse ponto de vista, nós apoiávamos o governo Jango com uma perspectiva mais crítica (...). Nós dávamos apoio ao governo, mas um apoio crítico, procurando fortalecer a atuação de forças mais à esquerda.

Recorda-se que esse tema foi objeto de disputa no Congresso de 1963: “Um setor de São Paulo propôs a opção pela não violência. Isso foi objeto de uma deliberação explícita do congresso, que rejeitou essa opção. Portanto, manteve aberto se o caminho afinal se daria pela via armada” (PEREIRA, 1999). Pondera:

Se não havia uma solução clara quanto a uma perspectiva, que na época já se discutia na América Latina, de luta guerrilheira, de luta armada, também não havia o contrário. É bom registrar isso. No livro que Aldo Arantes e Haroldo Lima escreveram sobre a história da AP, eles classificam esse período inicial como uma fase reformista. Passa-se uma ideia de que teria havido uma opção por uma transformação gradativa, feita pela via eleitoral. Essa não era a realidade. Tanto que a AP não se organizou como partido legal. Não procurou se registrar. Ela não participava das eleições com candidatos registrados em seu nome. Ela apoiava candidatos por outros partidos (PEREIRA, 1999).

Em julho de 1963, Duarte Pereira tornou-se vice-presidente da UNE, em diretoria encabeçada por José Serra, na qual a AP se aliou com o PCB. Coordenador da bancada da AP, foi vice-presidente de Assuntos Educacionais e Culturais da UNE na gestão interrompida pelo golpe militar. Essa ruptura institucional impediu que tomasse posse, como representante discente, no Conselho Federal de Educação. Castelo Branco, o primeiro presidente do ciclo ditatorial, revogou a nomeação.

O golpe de 1964, a desarticulação e a reorganização da AP

No período que sucedeu o golpe de Estado de 1964, a AP sofreu um drástico processo de desarticulação, a exemplo do que ocorreu com os demais movimentos de esquerda. Por motivos de segurança, alguns de seus principais dirigentes, Herbert de Souza, Aldo Arantes e Jair Ferreira de Sá, exilaram-se no Uruguai, onde havia uma comunidade de agentes políticos brasileiros. Radicada em São Paulo, manteve-se uma direção provisória. Somada à fragilidade organizativa, havia uma crise de perspectivas, em razão da derrota política que as forças de esquerda haviam vivido.

No exílio, na órbita da liderança de Leonel Brizola, dirigentes da AP aproximaram-se da ideia de uma rápida reconquista armada, ecos da influência da Revolução Cubana (SOUZA, 1976). Resultado da rearticulação interna, ocorreu uma reunião de reorganização da AP em 1965, em São Paulo, a Conferência Nacional Extraordinária. No mapeamento de Duarte Pereira (1999),

organizamos um encontro nacional de Ação Popular, com representação dos principais polos de reorganização em curso - Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia - e com alguns companheiros que se encontravam no exterior e se agruparam principalmente na França, em Paris.

Os resultados foram sistematizados no documento “Resolução Política” (RP). Considerada como a “primeira resposta aos novos desafios”, de acordo com os termos com que foi redigida, a **RP** tinha o objetivo de definir uma política revolucionária para a organização, a ser aplicada sem adiamentos, visando inseri-la em uma nova fase de sua história, rigorosamente popular e revolucionária (AÇÃO POPULAR, 1965). Não promoveu, contudo, uma ruptura total com o “Documento-Base”. Preservando a fundamentação filosófica, retificou a estratégia e a tática políticas. A esse respeito, discorre Duarte Pereira: “Por isso é que o documento aprovado em 1965 se chama Resolução Política. Com isso se quer marcar a continuidade com o ‘Documento-Base’”. (PEREIRA, 1999). Em outro momento, adicionou:

Não era uma revogação geral do Documento-Base, da sua perspectiva filosófica. Achávamos que isso tinha que ser objeto de um debate posterior, mais calmo, mais desenvolvido. A questão principal era o seu último capítulo, uma avaliação da nova situação política do país e o desenvolvimento de nossa orientação política para essa nova situação. Colocávamos a Resolução Política como complemento do Documento-Base, não como uma revogação (PEREIRA, 2011).

A RP preserva, por um lado, o horizonte do “socialismo como humanismo”, informado pela compreensão de que a luta pela superação do capitalismo comportava experiências as mais diversas e com orientações ideológicas distintas. Por outro lado, define o objetivo de conquistar o poder pela via insurrecional. A concepção de revolução então aprovada abarcava as tarefas de libertação nacional e as tarefas socialistas (AÇÃO POPULAR, 1965), por influência das revoluções cubana e chinesa.

Em recente palestra, Duarte Pereira demonstrou as conexões com a formulação anterior, salientando que a violência também estava inscrita no “Documento-Base”:

O raciocínio que está feito ali era o seguinte: isso não depende de nós, não se pode prescrever antecipadamente se as transformações sociais vão ocorrer por um caminho pacífico ou por um caminho armado. A questão era a seguinte: esgotadas as possibilidades de uma transformação pacífica, tinha-se de encarar a inevitabilidade de uma transformação violenta. E isso veio mais rápido do que nós esperávamos com o Golpe de Estado. Com essa “Resolução Política”, portanto, a AP dá consequência ao que já havia previsto no seu “Documento-Base”: esgotadas as possibilidades de atuação pacífica, tinha-se de ter a coragem, a valentia, de enfrentar as necessidades de fazer as transformações pela via armada (PEREIRA, 2014).

Particularizando sua condição, recorda-se Duarte Pereira (1999): “Eu participei do encontro como representante escolhido da Bahia e indicado, também pela Bahia, como eventual membro da nova direção que seria eleita”. Atando os fatos da conjuntura do golpe com o momento então vivido, prossegue (PEREIRA, 1999):

Formei-me no final de 1964, em Direito, pela Universidade da Bahia. Desloquei-me para cá no primeiro semestre de 1965, quando já estávamos empenhados no esforço de reorganizar a AP. Já havia acontecido o golpe militar. Era uma fase de transição do regime militar. Eu tinha respondido ao IPM relativo à UNE, mas estava liberado. O processo tinha sido levado à Justiça e eu tinha vida legal.

Conseguiu exercer vida profissional, articulando-a com a militância:

Transfери-me para São Paulo já como tarefa política. Ao mesmo tempo, trabalhei como professor universitário e jornalista. Integrei-me à Editora Abril, onde comecei minha vida de jornalista profissional. Fiz parte da equipe que lançou uma revista que na época teve bastante impacto.

Chamava-se Realidade. Paralelamente, comecei a dar aula na PUC, numa cadeira experimental que vinha sendo criada, chamada “Cultura Brasileira”, que se destinava um pouco a integrar os vários cursos, a promover debate sobre principais interpretações da realidade do Brasil. Liguei-me ao incipiente movimento de professores da Pontifícia Universidade Católica e à oposição que se formava à direção acomodada do Sindicato dos Jornalistas (PEREIRA, 1999).

Por meio de balanço elaborado naquela conjuntura, a AP afirmou que o movimento saiu unido da citada reunião nacional, aprovando sua Resolução Política por unanimidade (AÇÃO POPULAR, 1966a). Porém, segundo Duarte Pereira, havia tensões que não tardariam a provocar consequências. Assevera que, antes da conferência extraordinária, “a direção nacional estava dividida entre alguns membros da antiga direção - como Betinho, Aldo e Jair - e os membros da direção estadual paulista”, para os quais havia sido transferida a responsabilidade da coordenação no período em que os dirigentes estavam exilados. Havia forte tensão política entre as duas alas. O polo principal de resistência à retificação da linha de ação residiria em São Paulo (PEREIRA, 1999).

O corolário foi o que Duarte Pereira (1999) definiu como a primeira grande luta interna da AP: “Fruto disso, houve a primeira cisão, o afastamento de vários dirigentes e militantes que não aceitavam essa perspectiva, que nós chamávamos da necessidade de reopção, fazer uma nova opção no quadro modificado do país”. Entretanto, ressalva (PEREIRA, 1999):

A “Resolução Política”, à qual me coube dar redação final, reflete o embate entre essas duas alas e a prevalência de uma terceira posição, ainda não bem desenvolvida e baseada numa aliança essencialmente da Bahia e da turma de Paris (Vinícius C. Brandt, Carlos Aumond, Sérgio Menezes etc. não compareceram pessoalmente, mas enviaram contribuições por escrito) com a turma chegada do exterior (Aldo Arantes, Betinho, Jair F. de Sá, Paulo Wright, Alípio de Freitas etc.) Posteriormente, um setor da ala paulista, se podemos chamá-la assim (tinha ramificações em outros estados), se diferenciou e, sob a liderança de Sérgio Motta, passou a apoiar as decisões de 1965.

Além de encarregado de dar redação final à RP, Duarte Pereira tornou-se, no final da reunião, membro do Comando Nacional então constituído, ao lado de Aldo Arantes, de Herbet de Souza, de Sergio Mota, de Paulo S. Wright e de Carlos Aumond (representantes da base de Paris). Aldo Arantes tornou-se coordenador nacional da AP.

Em contexto de alterações conjunturais tão acentuadas e de reformulação de sua orientação política, Duarte Pereira comenta que a AP experimentou mudança em sua composição:

A organização passa por uma grande mudança na sua área estudantil. Vai diminuindo o número de estudantes cristãos, pela própria mudança que está ocorrendo na situação do movimento estudantil, e vai surgindo uma nova geração que não vem mais dessa experiência de JUC e da área Evangélica. Já nasce no quadro daquele novo movimento estudantil posterior ao golpe, tanto na área universitária como na área secundarista (PEREIRA, 1999).

Logo após a Conferência Nacional Extraordinária, como forma de subsidiar o processo de organização, foi realizada uma espécie de pesquisa sociológica para aferir o perfil dos militantes. Malgrado a dificuldade de realizar tal tarefa naquele contexto, os dados disponíveis contribuem para a compreensão do processo de reorganização. Entre os membros que responderam, 68% haviam ingressado no pós-1964. A militância com origem no catolicismo persistia influente, mas não era o caminho principal. O principal núcleo de recrutamento ainda era o movimento estudantil (AÇÃO POPULAR, 1966a).

Na época de impulso desses debates, Duarte Pereira coordenou a edição de um conjunto de textos, visando ao aprofundamento da formação dos militantes. Como se pode verificar no acervo que doou ao AEL, o leque era ainda heterogêneo, contemplando temas como a guerra de guerrilhas, a guerra popular, o marxismo e o humanismo etc. Mais tarde o estudo se concentraria no marxismo.

Os desafios da nova conjuntura, em que a AP pautava sua autotransformação, são assim descritos por Duarte Pereira (1999):

De (19)65 a (19)67, esse esforço que vai nos colocar diante dos novos problemas, da discussão de como fazer luta armada, coloca-nos em contato com Cuba e com a China e, necessariamente, com a discussão marxista que se processa no mundo entre a União Soviética e a China. Paralelamente, nosso contato crescente com a classe operária, com o movimento operário, com o movimento camponês nos coloca diante de novos problemas, da questão das classes, da luta de classes etc. Nós temos a necessidade de estudar o marxismo para ter capacidade de ter categorias para estudar essa nova realidade. É daí que nasce a discussão sobre o marxismo. Mas ela nasce inicialmente muito marcada pelo estudo dos clássicos do marxismo. Durante certo momento, houve até influência forte althusseriana, que vem dos nossos companheiros que se encontravam em Paris.

O ano da encruzilhada ou o início da proletarização

Na periodização comentada que sistematizou em 1973, Duarte Pereira anotou que, de 1965 a 1967, a AP amadureceu como um partido democrático revolucionário. Em 1967, a organização viveria uma encruzilhada: “consolidar-se como partido democrático revolucionário ou transformar-se em partido revolucionário proletário?” (PEREIRA, 1973). Em intervenção posterior, elucidou que foi o ano em que se instalou “a discussão do marxismo dentro da AP” (PEREIRA, 1999). Nos documentos da AP, viria a ser referido como o início do processo de “proletarização”.

Em 1967, mediante debate do Comitê Nacional, foram aprovados dois documentos que teriam repercussão na vida da AP. Um versava sobre o partido de vanguarda, visto como necessário para dirigir a revolução brasileira. Em 1963, quando fundada, a AP definiu-se como um movimento e não como partido. À medida que se priorizava o aprofundamento do debate sobre o marxismo, colocava-se em pauta a questão do partido de vanguarda. O outro documento convocava o Debate Teórico e Ideológico (DTI), visando ao estudo e ao debate organizado do marxismo. Nos termos de um retrospecto feito em conjuntura posterior: “a rigor, por aí se inicia nosso complexo e rico processo de transformação ideológica” (APML, 1971c, não paginado).

Embora o Documento-Base atribuísse importância decisiva ao marxismo, não ocorreria um estudo sistemático a respeito. Segundo o texto que convocou o DTI, a AP, desde sua fundação, tinha uma definição socialista, aprovada no DB e reafirmada na RP, mas quase teria caído na pretensão de forjar uma teoria à margem da tradição revolucionária contemporânea. Faltava-lhe uma teoria científica, que seria o marxismo, eixo do processo então instaurado. De forma clara, sistematiza a ruptura:

Mas assim como não se deve pedir demais, também não se deve pedir de menos do debate atual. Pedir de menos seria negar a necessidade de centralizar o debate no estudo do marxismo, e pretender estudar, ao mesmo tempo, o pensamento de Teilhard Chardin, Emanuel Mounier, Bertrand Russel etc. (...) Na etapa atual, para que se possa chegar a resultados coerentes e inclusive preparar etapas futuras, é necessário considerar o estudo crítico do marxismo como eixo e princípio ordenador da discussão (AÇÃO POPULAR, 1967, p. 14).

Na literatura sobre a história da AP, há um grupo de intérpretes, identificado com a esquerda católica, que critica essa transformação. Um dos mais expressivos autores dessa vertente é Luiz Gonzaga Souza Lima. Para ele, no período pós-1964, quando a AP se distanciou do humanismo cristão e modificou suas bases sociais, converteu-se em “uma organização pequena e impaciente que disputava verbalmente com outras organizações clandestinas a hegemonia na direção da classe operária e da revolução brasileira” (LIMA, 1979, p.47).

Em correspondência com ex-militante da AP, Duarte Pereira (2002) replicou abordagem de Souza Lima:³

Essa visão negativa da evolução da AP pós-64 não tem a menor procedência. O golpe não paralisou o desenvolvimento da AP, nem do ponto de vista quantitativo, nem qualitativo. A organização atravessou uma crise temporária, aliás, inevitável, mas, já no final de (19)65, começou a crescer novamente e num patamar político-ideológico superior. O autor subestima, embora mencione as dificuldades acarretadas pela repressão crescente do regime ditatorial-militar; atribui quase todos os problemas à mudança de orientação da AP. A JUC não mudou de rumo básico; sobreviveu? Por acaso, foi a AP que escolheu a ilegalidade? Indo a fundo: a AP devia permanecer numa posição reformista? Devia permanecer predominantemente pequeno-burguesa? Por outro lado, a Igreja Católica teria avançado sem o avanço da luta de classes e da resistência ao regime? E esse avanço não contou significativamente com a contribuição da AP?

E complementa:

A passagem de uma fase para outra não foi determinada pela decisão arbitrária e caprichosa destes ou daqueles dirigentes, pela má vontade com estes ou aqueles militantes; decorreu, essencialmente, das mudanças reais no país e no mundo e das imposições que daí decorriam para quem queria persistir na militância e nos compromissos de lutar contra o regime militar, contra o imperialismo e por uma sociedade socialista. Este é o fio que muitos esqueceram: a ruptura com as ambiguidades reformistas da fase inicial da AP e a opção pela via revolucionária, inclusive pela luta armada imposta imediatamente pelo golpe de Estado e pelo regime ditatorial que se seguiu; a luta para mudar a composição social da organização e vinculá-la cada vez mais ao operariado, ao campesinato e às massas fundamentais de

³Essa réplica poderia ser estendida ao que escreveu Luiz Alberto Gómez de Souza, fundador da AP, cujo ponto de vista sobre a reformulação ocorrida no pós-1964 encontrava-se no mesmo diapasão. Souza (1987, p. 102) afirmou que o movimento transformou-se “num rígido partido marxista-leninista sem originalidade”. Irônico, sugeriu que um estudo a respeito dessa fase seria algo como uma “patologia do político”, para entender “como um movimento político endoidou”.

trabalhadores assalariados e autônomos, e não apenas a estudantes e a profissionais de nível universitário; em função dessas necessidades, a exigência de avançar na compreensão científica da sociedade brasileira e do mundo e na orientação programática, estratégica e tática da luta; e, nesse esforço, a compreensão das bases teóricas frágeis e idealistas do “humanismo cristão”, inclusive em suas formas mais elaboradas, mas ainda assim ecléticas e fundamentalmente idealistas, de pensadores como padre Vaz – é tudo isso que impeliu a AP para a frente, para seus compromissos revolucionários e de classe amadurecidos, para sua assimilação progressiva do marxismo, e para sua aproximação das forças marxistas realmente existentes no mundo (PEREIRA, 2002).

Tal processo não foi indolor na história da AP. Há registro de evasão de quadros que não se identificaram com as mudanças e sectarismos de alas internas da organização, adeptas de redefinição imediata em favor do marxismo. Conforme livro de memórias de Aldo Arantes, Duarte Pereira teve papel de destaque no debate acerca do marxismo e sobre a forma como a AP elaboraria a relação de sua posição marxista com a religião. Arantes citou a seguinte passagem de um documento (sem identificá-lo), inspirada no pensamento de Lenin e sistematizada por Duarte Pereira: “para o partido marxista-leninista, a admissão de militantes religiosos desde que aceitem, como os demais militantes, o programa partidário, atuem numa de suas organizações e contribuam financeiramente para suas atividades” (2014, p.177). Não havia incompatibilidade, mas assinalava: “a expectativa é que os militantes religiosos, através de suas experiências de luta, combinados com a formação teórica marxista, acabem rompendo com suas crenças e práticas religiosas” (ARANTES, 2014, p. 177).

Sobre Althusser

Tema recorrente a respeito da fase histórica em que a AP promovia o debate teórico e ideológico em favor do marxismo, a influência de Louis Althusser foi abordada por Duarte Pereira em várias intervenções. A mais bem sistematizada encontra-se em uma correspondência eletrônica com o professor Carlos Nelson Coutinho, quando repercutiu o comentário, presente em livro de Michael Löwi, a respeito do fato de ele, Duarte Pereira, ter traduzido e editado o primeiro texto de Althusser publicado no Brasil, incluído no material de formação dos militantes. Circulou com o selo da Editora Sinais, que a AP constituiu para essa finalidade.

Duarte Pereira assegura que “a AP como um todo, por um breve período, sofreu a influência do pensamento de Althusser. O documento oficial da AP que mais evidencia isso se intitula ‘Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico’”. Todavia, ressalva que “a aproximação da AP com Althusser, além de breve, nunca foi total e irrestrita” (PEREIRA, 2005). Esclarece que, no próprio livro que veicula o texto de

Althusser, foi incluído outro texto como contraponto, elaborado pelo editor de uma revista francesa de diálogo entre cristãos e marxistas.

Sobre a especificidade da recepção da obra do marxista francês, demarca: “um dos temas que mais nos atraiu na releitura do marxismo por Althusser foi justamente sua proposta de um ‘anti-humanismo teórico’. Vivíamos no Brasil o período de maior influência da releitura ‘humanista’ do marxismo” (PEREIRA, 2005). Citando a repercussão de autores como Roger Garaudy e Erich Fromm, reforçada nos meios da JUC e da AP pela obra de jesuítas franceses, como Jean-Yves Calvez, Henri Chambre e Pierre Bigo, avalia (PEREIRA, 2005):

Toda essa releitura ‘humanista’ do marxismo se baseava na revalorização das obras juvenis de Marx, especialmente de seus Manuscritos econômico-filosóficos (...). A tese-guia de Bigo é que O capital só poderia ser compreendido à luz da antropologia prévia e fundante, expressa nos Manuscritos Econômico-filosóficos.

Sistematiza as implicações teóricas e políticas:

Todas essas obras, de ampla divulgação no Brasil nos anos (19)60, tendiam para uma conciliação teórica impossível entre marxismo e cristianismo e, no plano político, para um programa reformista moderado e diluído, centrado na consigna de "humanização": da economia, da política, da cultura etc. Essa corrente de ideias tinha influência na liderança da AP. Nesse sentido, a proposta de ‘anti-humanismo teórico’ de Althusser e sua insistência na necessidade da ciência para a formulação e fundamentação de um programa político revolucionário de sentido socialista tiveram o impacto positivo de nos livrar dos impasses teóricos e práticos criados por essa tradição "humanista", com seu método ‘essencialista-dedutivista’ e suas práticas conciliadoras (PEREIRA, 2005).

Nesse contexto, foi positiva a ênfase althusseriana na "ruptura" entre a juventude e a maturidade de Marx. Em resumo:

Naquele momento em que a AP se abria para o debate sobre o marxismo e sofria em muitos de seus setores as distorções de uma interpretação dogmática, quase religiosa, do marxismo por influência dos manuais soviéticos e em seguida dos textos chineses, a polêmica provocada por Althusser convidava a uma abordagem histórico-crítica do

marxismo e tinha, portanto, por mais paradoxal que seja, um sentido antidogmático. Isso é claro na "Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico" (PEREIRA, 2005).

Considera que a polêmica sobre Althusser, a exemplo de outras, foi mal encerrada: "A influência althusseriana logo seria submergida pelo 'marxismo-leninismo-maoísmo' e, mais do que isso, pelo empirismo da política de 'integração na produção' - para 'aprender o marxismo na prática'" (PEREIRA, 2005). Em outras palavras: "sob a influência do pensamento de Mao, o althusserianismo começou a ser criticado na AP, especialmente sua tendência teoricista (manifestada no conceito de 'prática teórica') e suas discutíveis distinções entre teoria e ideologia e entre filosofia e ciência" (PEREIRA, 2005).

Cuba e China

As intervenções de Duarte Pereira subsidiam a compreensão das formas de recepção das experiências chinesa e cubana na vida da AP, principalmente depois de 1964, com a adesão explícita ao objetivo de promover a luta armada revolucionária.

A respeito do imediato pós-1964, Duarte Pereira indica algumas evidências da influência da Revolução Cubana sobre a AP. Uma delas diz respeito ao fato de os dirigentes da AP que se exilaram temporariamente no Uruguai, próximos da liderança de Brizola, terem cogitado a reconquista armada. Outra evidência refere-se à trajetória do ex-padre Alípio de Freitas e do ex-deputado Paulo Wright, que se asilaram no México e depois em Cuba, onde fizeram treinamento de guerrilha, antes de voltarem ao Brasil e desempenharem papel de relevo na fase de reorganização da AP.

Na linha definida pela Resolução Política de 1965, embora também seja possível identificar ressonâncias da revolução chinesa, a influência maior era da experiência cubana. Duarte Pereira (2014) abordou essa inflexão:

Quando se colocou o problema de termos que organizar a resistência armada, a grande expressão, a grande inspiração, o grande exemplo era a Revolução Cubana. Foi para ela que nos voltamos inicialmente, em busca de ensinamento e de inspiração. Houve inicialmente uma grande influência do que se chamava entre nós - alguns não gostam dessa expressão, mas eu acho que ela era precisa - da teoria do foco.

O aprofundamento dos debates suscitava estudos sistemáticos. Na série de "textos para debates", havia a tradução de uma obra de Guevara e ainda foi incorporado um subsídio, redigido pelo próprio Duarte Pereira, em que foram explicadas as características da chamada teoria do foco. Outra contribuição presente nesse leque de textos foi elaborada por Herbet de Souza, ligando o imaginário humanista ao legado da Revolução Cubana (PEREIRA, 1999):

O Betinho trazia uma posição, que era muito corrente nos movimentos de esquerda na América Latina, difundida pelos cubanos, o chamado humanismo revolucionário. Era uma tentativa de evitar grandes problemas ideológicos e se unir em torno desta consigna ampla. E tentaram nesse período introduzir essa discussão na AP.

A AP manteria relações com a Revolução Cubana por algum tempo, como evidenciam os fatos de ter incorporado militantes em turmas de treinamento guerrilheiro e, principalmente, de ter sido representada na reunião da criação da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967. Nesse período, porém, já era ascendente a influência da Revolução Chinesa.

Duarte Pereira avalia, contudo, que a influência da Revolução Cubana nunca prevaleceu na AP. Referindo-se à virada ensejada pela aprovação da Resolução Política, garante: “se analisar cuidadosamente os documentos e a prática que se segue, a AP jamais adotou a perspectiva do foco guerrilheiro” (PEREIRA, 2014). Assinala, por exemplo, que o primeiro ponto da estratégia da Resolução Política preconiza a Radicalização da Luta Institucional: “O primeiro ponto não era a luta armada, a preparação de um foco guerrilheiro etc. (...) O primeiro objetivo era retomar a luta de massas, adaptá-la à nova situação, com outros objetivos” (PEREIRA, 2011).⁴

Avalia que a AP não se alinhou, entre outros motivos, por discordar da ideia de que o foco precedia a existência do partido e por sua tradição de luta de massas:

Achávamos que havia a necessidade de ter um partido à frente da luta e por isso estávamos empenhados em reorganizar a AP como uma organização revolucionária. Achávamos necessário que se retomasse, se ampliasse e se aprofundasse o trabalho de massas. E achávamos que, paralelamente, deveríamos começar uma fase de preparação de quadros, de mais estudos estratégicos do país, para, mais à frente, quando as condições políticas, partidárias e as organizações de massa estivessem mais maduras, então aí se colocariam na ordem do dia ações armadas propriamente ditas (PEREIRA, 2011).

⁴Refere-se à segunda parte da “Resolução Política”, seção dedicada à Estratégia Revolucionária. A primeira parte faz análise crítica do período anterior. A primeira fase da luta insurrecional é definida como “defensiva estratégica”. Na sequência, era previsto o seguinte desenvolvimento: “preparação da contraofensiva”, “contraofensiva geral” e “luta insurrecional e de massas” (AÇÃO POPULAR, 1965).

Nos documentos posteriores da AP, elaborados na época da definição pelo maoísmo, essa fase seria referida como a de “foquismo reinterpretado”, em razão das características de suas formas de recepção. Seja como for, apontando a concorrência da influência maoísta, ponderou Duarte Pereira (2014):

À medida que nós aprofundávamos o conhecimento da experiência cubana, mais nos convencíamos de que ela não tinha nada a ver com a nossa situação, e que não era nela que nós podíamos nos apoiar para levar à frente a resistência que nós queríamos.

Para ampliar a compreensão a respeito do desenvolvimento das relações com a China, Duarte Pereira sistematizou breve cronologia. Um primeiro contato ocorreu em 1963, em Salvador, durante o Primeiro Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, envolvendo acadêmicos chineses ligados ao PCCh (Partido Comunista da China) e ativistas da UNE e da AP. Após o golpe de 1964, em decorrência do rumoroso episódio em que diplomatas chineses foram detidos no Brasil, a China convidou uma delegação da Frente de Mobilização Popular Brasileira a visitar aquele país. Em 1965, Vinicius C. Brandt, que se encontrava na França, representou a AP na delegação brasileira. Em contato com membros da direção do PCCh, Brandt recebeu o convite para que um dirigente nacional da AP visitasse a China.

Em 1966, o Coordenador Nacional da AP, Aldo Arantes, realizou essa missão política, estabelecendo relações oficiais entre a AP e o Instituto Chinês para a Amizade com os Povos do Mundo. Embora não fosse relação formal entre partidos comunistas, vínculo que o PCCh mantinha com o PC do B, as tratativas resultaram no estabelecimento de formas de apoio para a AP: sucessivos envios de quadros para cursos políticos e militares na China e pequenas doações financeiras. Quando de seu retorno, o coordenador da AP elaborou um documento intitulado “A teoria da revolução chinesa”, sistematizando quais seriam os elementos estruturantes da estratégia chinesa (ARANTES, 2013, p. 143). Conhecido como “Documento amarelo”, por causa da cor da capa, foi um marco divisor na história dessa relação.

Em 1967, nessa nova fase de relacionamento, Duarte Pereira recebeu a incumbência de comandar o primeiro grupo que se destinava à China, mas houve contratemplos com a retirada de passagens na escala realizada em Montevideo. A delegação resultou chefiada por outro membro do Comando Nacional, Carlos Aumond. O dirigente Jair Ferreira de Sá, que também compunha essa delegação, entusiasmou-se com a Revolução Cultural chinesa e, ao retornar ao Brasil, liderou a formação da corrente maoísta, conhecida, na disputa interna, como “corrente 1”. Entretanto, considerando os fatos precedentes, interveio Duarte Pereira (1999):

O que eu estou querendo ressaltar é que nossa primeira influência chinesa não veio através da revolução cultural. A revolução cultural acontece no final de 1966. Nosso

primeiro contato com os chineses foi para conhecer a experiência revolucionária deles, particularmente a maneira deles encararem essa forma de luta, como conduzir uma luta armada e revolucionária, a transformação revolucionária do país.

No início do DTI, havia cinco alas internas (AÇÃO POPULAR, 1968c). Duas seriam caracterizadas pelo perfil antimarxista e reformista, enquanto as outras eram variações de horizontes revolucionários. O alvo da resolução era o bloco antimarxista. Duarte Pereira (1973) destaca embates contra a corrente antimarxista e outra que defendia uma definição marxista imediata.

No desfecho da I Reunião Ampliada da Direção Nacional (RADN), duas correntes, enumeradas na vida interna como “1” e “2”, polarizaram a disputa acerca das redefinições pautadas pela AP. Liderada por Jair Ferreira de Sá, a “corrente 1” apresentou o “Esquema de seis pontos”, identificado com o maoísmo. De acordo com sua clivagem, o maoísmo era entendido como a terceira etapa do marxismo, o marxismo da atualidade. Caracterizava o Brasil como um país semicolonial e semifeudal, preconizando que a revolução deveria ser de tipo nacional-democrático. Tendo o campo como a arena privilegiada da luta revolucionária, elegia a estratégia da guerra popular prolongada. Compreendia que existira um partido de vanguarda no Brasil e que era necessária a sua reconstrução. Inspirada em práticas da Revolução Cultural chinesa, estabelecia que a militância da AP fosse reeducada em um processo de “integração na produção”, no campo e na cidade (AÇÃO POPULAR, 1968A).

A “Corrente 2”, em contrapartida, caracterizava a sociedade brasileira como capitalista e preconizava que a revolução deveria ter um caráter imediatamente socialista. Definindo-se como os marxistas-leninistas da AP, seus signatários não aceitavam a tese da terceira etapa do marxismo e recusavam, com ironia, a política “de integração na produção”. Rejeitavam a ideia de que houvesse existido um partido proletário no Brasil e defendiam sua construção”. (AÇÃO POPULAR, 1968B).

A definição pelo maoísmo

Em 1968, na conclusão da I Reunião Ampliada da Direção Nacional, prevaleceram as posições da “corrente 1” e os líderes da “Corrente 2” foram expulsos da AP. A réplica às teses do grupo minoritário foi divulgada pelo texto “Desmascarar e liquidar política e ideologicamente o Grupo Oportunista e Provocador de Rolando” (nome clandestino de Vinicius C. Brandt), cuja redação foi confiada a Duarte Pereira. Na linha de argumentação desse documento, que traduzia as posições da “corrente 1”, os oponentes da “corrente 2”, do ponto de vista prático, foram acusados de atacar a política de integração com as massas fundamentais e, do ponto de vista teórico, de atacar o pensamento de Mao Tse-Tung, reconhecendo sua contribuição apenas nos marcos da experiência chinesa, sem critérios de universalidade como nova fase do marxismo. Na linha militar, visto que procurariam encobrir a verdadeira natureza de sua estratégia, seriam “foquistas envergonhados” (AÇÃO POPULAR, 1968c, p. 29).

Não obstante o alinhamento com a “corrente 1” e o papel desempenhado no desfecho, nas entrevistas que concedeu a pesquisadores, Duarte Pereira (1999) oferece uma visão matizada desse embate.

Foi uma cisão precipitada, como outras que houve. Não estavam delimitados os campos suficientemente. No seio da “corrente 1”, a corrente liderada pelo Jair, jamais houve consenso a respeito de todas as questões. O Paulo Wright e eu jamais concordamos com o caráter da sociedade brasileira como sendo semifeudal e semicolonial, embora fizéssemos parte dessa corrente. O problema era outro. A nossa questão era a guerra popular prolongada, a necessidade de prepará-la (...). Tivemos divergência desde o começo

Não se trata apenas de uma reconstrução da memória. No documento utilizado para refutar as teses da “corrente 2”, está demarcada a existência de posições diferentes na “corrente 1” acerca da natureza da sociedade brasileira.⁵ Dessa forma, Duarte Pereira diz que mantinha pontos de contato com a visão de seus adversários.

Também assinala a heterogeneidade dos membros da “corrente 2”. Embora essa corrente ficasse caracterizada na disputa interna como portadora de suposta tendência de assimilar o marxismo pela via teórica, eco da influência de Althusser, Duarte Pereira identifica diferenças entre seus líderes. Vinicius C. Brandt, o Rolando, “mostrava-se mais um leninista clássico”, opondo-se ao maoísmo por esse viés. Pe. Alípio de Freitas e Altino Dantas seriam dirigentes sem orientação teórica rígida, possuindo estilo prático, influenciados pelo militarismo foquista. Os grandes althusserianos seriam Sergio Bezerra Menezes e Maria do Carmo Menezes. Tal como a disputa teve desfecho, ficaram caracterizados por seus adversários como portadores da influência foquista, pelo viés teoricista e pela recusa da integração com as massas fundamentais.

Em contrapartida, de acordo com a posição majoritária, era necessária a “assimilação ativa e criadora do marxismo-leninismo na integração com as massas, na prática da análise de classes, e na luta ideológica ativa contra todas as formas de antimarxismo” (AÇÃO POPULAR, 1968c, p. 11). Mesmo reconhecendo a ressonância da Revolução Cultural Chinesa na forma como a política de integração foi adotada, Duarte Pereira alertou que, com matizes distintos, essa política tinha precedentes na história da AP: “Tem um texto que está lá no fundo que eu cedi (ao AEL), chamado ‘Profissionalização de quadros’, que introduz essa necessidade de quadros se vincularem à

⁵Nesse documento, lê-se: “dentro da corrente 1 havia vários membros que sustentavam o caráter predominantemente capitalista da nossa sociedade, embora defendam igualmente a existência de um modo de produção feudal subordinado, e existe até mesmo um companheiro que sustenta o caráter capitalista dominante de nossa sociedade e nega a existência de feudalismo no Brasil” (AÇÃO POPULAR, 1968C, p.33-34).

produção fabril, ao campo, para fazer esse trabalho” (PEREIRA, 1999). Aponta a diferença: “Não era a perspectiva de transformar isso em critério de militância. É por isso que fala em quadros. Era para uma pessoa mais experiente, que tinha uma preparação específica, que tivesse condições de fazer isso de forma voluntária” (PEREIRA, 1999). Expondo sua divergência com a forma assumida pela política adotada, declara que “foi voto vencido”.

Por disciplina interna, aceitou a normativa: “Eu já fazia trabalho operário em Osasco, mas atuava como intelectual de fora, sem estar vivendo integrado. Já tinha contato com setores operários. Então, eu fui me integrar lá” (PEREIRA, 1999). Por causa de suas características físicas, considerou que não eram favoráveis as possibilidades de disputar um emprego fabril sem levantar suspeitas. Julgando que seu caso supunha qualificação, planejou realizar um curso profissionalizante de eletricista. Mas, por motivos diversos, não chegou a ter uma experiência de integração direta: “Eu me integrei em bairros, participei da vida comum” (PEREIRA, 1999).

Em sua crítica à forma como a política foi adotada, utilizando sua experiência como baliza, comenta que abriu mão de vínculos profissionais de jornalista e de professor universitário e interrompeu a atividade que mantinha na organização sindical dos jornalistas, em que granjeara liderança. Além disso, mantinha relações variadas com a intelectualidade: “Tudo isso se perdeu e nós nos concentramos fundamentalmente apenas nessa tarefa” (PEREIRA, 1999). Reportando-se às limitações que esse critério de militância impunha às atividades de direção, indaga: “Como é que se dirige nacionalmente uma organização que implica viagens e reuniões, se você tem um cotidiano de fábrica?” Esclarece, resumidamente, qual era sua posição:

Eu defendia que a política da integração devia ser seletiva e não critério de militância. Deveria ser para os quadros mais selecionados, mais experientes, que se submetessem a uma preparação específica e que fossem voluntários dessa tarefa. O trabalho deveria continuar em todas as outras frentes militantes que nós tínhamos. Que vai ser, mais à frente, a política que vai ser adotada depois da autocrítica daquela fase inicial e sectária (PEREIRA, 1999).

Duarte Pereira também se declara crítico de análises que reduzem a experiência à caricatura, como teriam feito outros dirigentes da AP em suas memórias, e lembra que houve retificação na conjuntura seguinte, referindo-se ao movimento autocrítico, que será comentado na sequência.

A Ação Popular Marxista-Leninista

A questão do partido da vanguarda, vinculada à formulação da estratégia revolucionária, prevaleceu nos debates na conjuntura seguinte. Não que a dinâmica interna se resumisse aos debates teóricos. Há, por exemplo, tomada de posição e adoção de ações com vistas à preparação imediata da guerra popular, por meio da análise de áreas

estratégicas (AP, 1969). Mas os debates sobre a definição da questão do partido e da estratégia subordinavam as demais pautas.

Sintetizando a problemática vivida na conjuntura, em que havia proliferação de organizações que se declaravam marxistas, comentou Duarte Pereira (2014):

Surgiu o seguinte problema: a organização se tornou marxista (...). Entrava em xeque um princípio, que é do marxismo, de que em um país não tem sentido haver dois partidos marxistas para representar uma única classe, a classe proletária. É um princípio do marxismo. Pode ser discutível, hoje é discutível, mas existe o princípio. Onde existe uma classe proletária que tem um partido para representá-la não pode haver mais de um partido. Parte-se da ideia que não pode haver contradições antagônicas entre os trabalhadores, principalmente entre os trabalhadores proletários. Pode haver contradições não antagônicas que se resolvem, através da luta interna, dentro do mesmo partido. É esse o raciocínio básico. Ficou a questão: ‘nós não somos o primeiro partido marxista. Há outros. Por fim, devemos nos unir com essas outras forças ou nos mantemos à parte?’ Isso gerou a discussão da chamada Unificação das Forças Marxistas, que vai levar, abreviadamente, a maioria dos dirigentes e dos militantes da AP a achar que esse partido era o PC do B, e que deviam se integrar ao PC do B. Uma minoria não partilhou esse ponto de vista. Partilhava o ponto de vista de que a integração deveria ser feita com outras forças e com o polo principal em AP.

Resumido nas citações acima, o processo transcorreria entre 1969 e 1973, caracterizado por intensos debates e por disputas acirradas em torno das concepções. Na referida periodização comentada, sistematizou: “1969-1971: AP luta para corrigir os erros de seu movimento de proletarização. 1971-1973: A nova AP luta para levar até o fim seu movimento de proletarização e criar as condições para incorporar-se ao PC do Brasil”. O primeiro foi chamado de “Período do movimento autocrítico” e o segundo de “Período da luta pela unificação” (PEREIRA, 1973).

Importante capítulo dessa trama histórica ocorreu na II Reunião Ampliada da Direção Nacional, em 1969. Acentuando sua ruptura com o passado, a AP promoveu um debate sobre a tradição revolucionária internacional, desde os tempos de Marx e Engels até a época vivida, regida, em sua avaliação, pelo pensamento de Mao Tse-Tung. Fez o mesmo exercício acerca da tradição revolucionária brasileira. Em um caminho e no outro, salienta a luta contra os desvios pequeno-burgueses e as manifestações de revisionismo. Naquela conjuntura vivida, tratar-se-ia do revisionismo contemporâneo, representado, principalmente, pela política da URSS em escala internacional e, no plano nacional, pelo

PCB. Por meio da sistematização de 12 tarefas, estabelece critérios para levar até o fim sua autodestruição como organização pequeno-burguesa e completar seu processo de proletarização (AÇÃO POPULAR, 1969).

Em relação ao tema nevrálgico, aprovou-se a tese a favor da Reconstrução do Partido Operário Unificado do Brasil, mediante redefinição das forças proletárias marxistas-leninistas. Naquele cenário, marcado pela existência de diferentes organizações revolucionárias, os critérios deveriam ser orientados pela definição e assimilação clara, teórica e prática do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao Tse-tung e pela integração junto às massas fundamentais. O polo principal para dirigir o reagrupamento seria constituído por duas organizações originadas em 1962, a AP e PC do B, consideradas aptas a desempenhar as tarefas exigidas pela terceira etapa do marxismo. Questionamentos surgidos durante o debate deixaram inconclusa a questão da origem do PC do B, ou seja, se era o antigo partido marxista-leninista, reorganizado em 1962 após depuração do “revisonismo” que tomara conta do PCB, ou se era uma organização nascida de suas dissidências. A tomada de posição acerca desse tema influenciou o alinhamento no debate interno.

Na II RADN, a AP reconstituiu sua direção interna com a formação da Comissão Executiva Provisória (CEP), cujos membros comporiam o núcleo dirigente até a cisão de 1972/73: Jair F. de Sá, Duarte Pereira, Paulo Wright, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Renato Rabelo. No dizer de Duarte Pereira (2014): “Começamos um processo de corrigir aqueles erros e a tomar outro caminho”. No seio da CEP emergiu o “movimento autocrítico”, destinado a corrigir os erros do processo de “proletarização” da AP. Implicava revisão de estruturas, de métodos de recrutamento, de concepções espontaneístas de preparação da guerra popular e até mesmo da compreensão do marxismo-leninismo e da questão do partido de vanguarda (APML, 1973b).

Em março de 1971, a III Reunião Ampliada da Direção Nacional sintetizou nova fase dos debates e das disputas. Dessa reunião em diante, a AP passou a organizar-se em moldes preconizados pelo marxismo-leninismo. A organização teve seu nome alterado para Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Constituiu, então, seu Comitê Central (CC) e seu Birô Político (BP). Este último foi composto pelos membros da CEP. Havia, ainda, o secretariado permanente, composto por quatro membros. O primeiro secretário era Jair Ferreira de Sá e o segundo, Duarte Pereira.

Não obstante essa importante modificação, no intervalo entre as duas reuniões ampliadas, o aprofundamento dos debates fez aflorar a heterogeneidade da antiga “corrente 1” e ensejou a emergência de diferenças e divergências no núcleo dirigente. Por um lado, tornaram-se explícitos os questionamentos à interpretação do Brasil como um país semifeudal e semicolonial e à concepção da revolução nacional-democrática. Porta voz dessa divergência, o dirigente Paulo Wright ainda propôs a construção de um partido de tipo inteiramente novo, própria da época vivida (WRIGHT, 1970).

Em contrapartida, outros dirigentes aproximaram-se do PC do B, com base em afinidades de programa e de concepção acerca do caráter da revolução. Em outubro de 1970, na oitava reunião da CEP, Duarte Pereira, considerando insustentável que a AP se comportasse como o polo principal, defendeu o ponto de vista de que a unificação das

forças proletárias deveria ocorrer “tomando como base o Partido Comunista do Brasil”, recebendo apoio de Aldo Arantes e Haroldo Lima” (APML, 1971c).

A resolução extraída da III RADN, denominada de “Programa Básico”, sistematizou o que os dirigentes chamaram de “fórmula de transição (...) que permitisse a reabertura do debate” (APML, 1971c, não paginado), mediante incorporação de aspectos das posições em disputa. As diferenças mais profundas deveriam ser remetidas a um congresso, a ser oportunamente convocado.

De acordo com o “Programa Básico”, a APML tinha como base teórica os princípios científicos e universais do marxismo-leninismo-maoísmo. Na caracterização do Brasil, afirmou-se que a complexidade do país combinaria relações semifeudais e feudais, com predominância das relações capitalistas (APML, 1971). O programa mínimo da APML era a revolução nacional, democrática e popular, antiimperialista e agrária. Sublinha-se que se tratava de uma revolução nacional-democrática de tipo novo. A tarefa política principal era a preparação imediata e ativa da guerra popular. Define-se, também, que o objetivo era construir um partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta. Considerava-se que, no Brasil, havia um partido marxista-leninista, o PC do B, e outras forças marxistas-leninistas.

O desfecho da luta interna

Quando ocorreu a III RADN, conforme um documento que fez um balanço de seus resultados, havia cinco tendências presentes no debate (APML, 1971b). Na fase imediatamente posterior à edição do Programa Básico, visto como uma solução temporária de compromisso, a disputa se afunilava com a polarização de duas posições. Por um lado, formou-se, na direção da APML, maioria favorável à incorporação ao PC do B, com base na afinidade de programas e no reconhecimento de que ele seria o partido histórico da classe operária, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. Por outro lado, uma ala minoritária da direção defendia a estratégia da revolução imediatamente socialista e a necessidade da constituição do partido inteiramente novo, próprio da etapa vivida pelo marxismo.

Dentro do Birô Político, embora não houvesse coincidência total de posições entre todos os membros dos blocos, sabe-se que a divisão se dava nos seguintes termos: Duarte Pereira, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Renato Rebelo apoiariam a posição que se tornou majoritária, enquanto Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright seriam os líderes da chamada minoria. Antes de explicitar a especificidade da posição de Duarte Pereira, cabe descrever resumidamente os fatos principais do desfecho desse embate.

Os desdobramentos se precipitaram. Em julho de 1971, pouco depois da III RADN, o Birô Político, em reunião extraordinária, formalizou novo encaminhamento. Com efeito, aprovou a proposta, apresentada por Duarte Pereira, de que o PC do B fosse o polo da unificação, baseada no princípio, atribuído à III Internacional, de que onde houvesse um partido marxista-leninista a tarefa dos comunistas era fortalecê-lo. Convocou-se reunião extraordinária do CC para apreciar a decisão e extrair as consequências. Em novembro de 1971, o CC aprovou a proposta de unificação em torno do PC do B e convocou o II Congresso da AP para tomar a decisão em última instância

(APML, 1971c). Nas duas reuniões, houve resistência da ala que se opunha a essa compreensão. A decisão se pautava no reconhecimento de que se tratava do partido histórico do proletariado brasileiro, mas ainda havia questões conceituais, programáticas e orgânicas a superar.

Por meio de seu jornal “A Classe Operária”, em novembro de 1971, o PC do B repeliu e desqualificou a proposta da AP, reportando-se ao contido no Programa Básico, especialmente a caracterização da sociedade brasileira e o objetivo de formação de um novo partido. Argumentando que o reagrupamento das forças revolucionárias deveria fortalecer o PC do B, o verdadeiro partido marxista-leninista do país, conclamou a adesão individual dos militantes da APML que tivessem chegado a essa conclusão.

Dentro da APML, a repercussão foi mediada pelo posicionamento diante do tema. Como tendência geral, os que se inclinavam pela unificação em torno do PC do B assimilaram a crítica e mantiveram diálogo para revisão de suas próprias posições em favor das condições daquele partido. Inversamente, os opositores acusaram o PC do B de tentar desagregar a APML, conclamando posicionamento em defesa da organização. A divisão interna não teria reversão (DIAS, 2004).

Em setembro de 1972, com o acirramento da disputa, houve a fratura. Acusados de fracionismo, os líderes da ala minoritária – Jair F. Sá e Paulo S. Wright – foram destituídos de seus cargos de direção e, em seguida, expulsos da APML. Na disposição hierárquica da organização, com a destituição do primeiro secretário, Jair F. de Sá, o segundo secretário, Duarte Pereira, ascendeu à condição de principal dirigente. Logo em seguida, porém, divergências o levaram a se afastar da direção. Conforme abordou em entrevista, enquanto o Birô era composto por seis membros, havia maioria de quatro contra dois em favor da aproximação com o PC do B. Após a expulsão dos líderes da ala minoritária, as diferenças entre os quatro dirigentes remanescentes ficaram explícitas (PEREIRA, 1999). Enfim, ele se viu isolado frente às posições dos outros três membros do Birô, que comandaram o processo até a sua conclusão.

Segundo livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes, para consumir a incorporação ao PC do B, houve a depuração das posições da APML e o reconhecimento da primazia daquele partido e de sua estratégia política. Para os que comandaram esse desfecho, o II Congresso, anteriormente pensado para definir as divergências, teria perdido sua função. Além disso, por causa do recrudescimento da repressão, seria arriscado realizá-lo para tomar uma decisão já consolidada (LIMA & ARANTES, 1984). Em abril 1973, por meio de resolução do seu Birô Político, a chamada maioria declarou extinta a APML e decidiu incorporar-se ao PC do B. Constata-se que não houve a formação de um novo partido ou a fusão de organizações. Na prática, houve a incorporação de dirigentes e militantes da APML ao PC do B, embora o ato fosse cercado de um significado simbólico de extinção da primeira organização.

Isso não subtraía, contudo, a disputa por seu legado organizativo e simbólico. Por um lado, os que se incorporaram ao PC do B abraçaram sua história e passaram a explicar a experiência da APML pelo prisma dessa decisão final. Por outro lado, a chamada minoria, referindo-se aos episódios capitais como “a cisão de setembro e outubro de 1972”, procurou reorganizar a APML, a disputar a memória da luta interna e

a atualizar, segundo sua orientação, a estratégia revolucionária. Com essa baliza, a APML foi reconstituída e existiu até 1981, quando participou do processo de fundação do PT (DIAS, 2004; AZEVEDO, 2010). Como a incorporação da maioria ao PC do B não foi automática, estendendo-se por uma fase de transição até aproximadamente 1975, os dois agrupamentos reivindicaram, por um período, o nome da organização.

Estêvão, a APML e o PC do B

Protagonista da abertura e da condução do debate acerca da unificação com o PC do B, a posição de Duarte Pereira seria distinta na fase conclusiva. Em depoimento ao AEL, comentou: “Pela ironia da história, não quero fazer destaque a minha pessoa, nessa primeira reunião eu fui o único a levantar essa posição de unificação com PCdoB. Inicialmente, todos os outros eram contrários. Hoje, são dirigentes do PC do B e eu fui excluído do processo” (PEREIRA, 1999). Para esclarecer sua posição no desfecho da disputa, produziu alentado texto quando doou a documentação que coligiu ao AEL. No depoimento concedido na mesma ocasião, também detalhou alguns fatos do processo.

O envolvimento de Duarte Pereira na aproximação entre as duas organizações data dos primeiros diálogos, efetivados no final da década de 1960. Naquele período, o PC do B ainda tratava a AP “como uma organização cristã, refletindo as posições anteriores ao golpe, mostrando uma completa desinformação do processo que tínhamos vivido” (PEREIRA, 1999). Revelou que houve estímulo dos dirigentes do PC chinês:

À medida que fomos nos definindo por uma visão marxista, eles passaram a insistir que não viam sentido que existissem duas organizações como Ação Popular e PC do B, com posições cada vez mais confluentes, e se manterem como organizações diferentes” (PEREIRA, 1999).

No início, desencadeados por Duarte Pereira, dirigente responsável pela assistência à Comissão Nacional Estudantil da AP, os contatos com o PC do B tinham o objetivo de unificar a intervenção na UNE. Depois disso, manteve reunião com Pedro Pomar, do núcleo dirigente do PC do B, para ampliar o escopo do diálogo. Na sequência, houve nova reunião com representantes das duas organizações: pelo PC do B participaram Pedro Pomar e Carlos Danielli; pela AP, Jair Ferreira de Sá e Duarte Pereira. Daí em diante, “passamos a ter contatos sistemáticos para discutir as posições e o trabalho conjunto em outras áreas. E, pouco a pouco, passamos a discutir as questões políticas e ideológicas” (PEREIRA, 1999).

Duarte Pereira observa que o leque de relações da AP era mais amplo: “paralelamente, nós estávamos fazendo o trabalho internacional com vários outros partidos da América Latina, com organizações marxistas, com partidos marxistas-leninistas de várias outras partes do mundo” (PEREIRA, 1999). Dedicou atenção às relações com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Informa que houve os primeiros contatos, mas não reunião entre as direções, porque o citado partido foi duramente golpeado pela repressão e sofreu dispersão. Com as organizações armadas,

envolvidas em operações de sequestros, desapropriações de bancos, eram consideradas ações de apoio mútuo, mas “não havia possibilidade de convergência grande de posições” (PEREIRA, 1999). Os debates que precederam e marcaram a realização da III RADN são representativos desse processo, assim como os encaminhamentos imediatamente posteriores.

O episódio da edição do jornal “A classe operária”, por meio do qual o PC do B desqualificou a proposta de unificação apresentada pelo “Programa Básico” da APLM, mereceu destaque na entrevista ao AEL. Duarte Pereira salienta que o PC do B apontara, resumidamente, que o documento da APLM conciliava posições e encerrava um desvio trotskista. Em sua avaliação, a resposta do PC do B foi “intempestiva”, porque havia tratativas em curso entre as organizações, e baseou-se em uma análise defeituosa e descontextualizada do significado do “Programa Básico”. Reconheceu que “era um documento de compromisso, mas a marca principal dele, para quem examinasse a história da AP, era de avanço, de aproximação das posições marxistas-leninistas do PCdoB. E não o contrário” (PEREIRA, 1999).

De acordo com Duarte Pereira (1999), o alegado desvio trotskista⁶ poderia ser identificado nas posições da “minoría” e não da “maioría”. Assim, “fazendo um ataque à maioria, eles estavam criticando as posições que a maioria defendia como se fossem posições trotskistas”. Avalia que a crise gerada pela manifestação do PC do B gerou um clima de rebeldia e deu argumentos à “minoría”. Externa, também, sua divergência quanto ao encaminhamento, afirmado pelo jornal “A classe operária”, de que os militantes e dirigentes da APLM que fossem marxistas deveriam romper e ingressar individualmente no PC do B.

Para superar o impasse, houve busca de diálogo e de negociações com a direção do PC do B. Duarte Pereira, que representou a APLM nessa reaproximação, esclarece os termos do diálogo que manteve com Carlos Danielli, do PC do B:

Fiz a crítica e mostrei que a avaliação deles estava absolutamente equivocada, que também estava totalmente ultrapassada a proposta deles. Não se tratava mais, naquela altura, de cada um sair individualmente e deixar para trás uma organização com o peso e a história da AP. Tratava-se de fazer essa luta lá dentro. Se, no final, a maioria não quisesse fazer esse processo, tudo bem. Se uma minoría se mantivesse nessa perspectiva de unificação, ela poderia sair. Teria cumprido o seu papel e seu esforço dentro da organização. Cada organização poderia prosseguir seu caminho independente e, aí, nós nos aproximaríamos individualmente deles. Mas nós tínhamos de travar essa luta

⁶ A ala minoritária não se identificava como trotskista. A tentativa de vinculação, formulada pelo PC do B e seus adversários internos, decorria de sua defesa da revolução imediatamente socialista e da proposta de criar outro partido, quando já existia o Partido Comunista.

teórica e política dentro da AP. Não tinha sentido abandonar esse campo assim, sendo nós, inclusive, os principais dirigentes da organização (PEREIRA,1999).

Como resultado (PEREIRA, 1999),

fizeram autocrítica formal e pessoal e se convenceram de que a tática que eles tinham preconizado estava errada. Sugeriram que o documento tinha sido redigido por algum dirigente, mas não tinha sido objeto de deliberação coletiva, porque não havia condições de fazer reunião naquele contexto. Comprometeram-se a publicar um novo artigo em “A classe operária”, fazendo autocrítica das posições expressas anteriormente e reencaminhando o processo.

Duarte Pereira (1999) lamenta:

Quando todas essas coisas estavam em andamento, o PC do B sofre repetidos golpes. Surge a guerrilha (do Araguaia). A repressão concentra sua atenção na organização partidária. Eles sofrem o golpe não apenas na guerrilha, mas na própria direção central. Cai o Carlos Danielli, que vem a ser morto na prisão. Isso tumultua, suspende contatos iniciais, inclusive com as pessoas que tinham sido interlocutoras e, verbalmente, tinham assumido esses compromissos. É o caso, principalmente, do Danielli.

O fato é que o aguardado artigo de reavaliação não foi publicado. Em vez disso, sublinha Duarte Pereira, alguns dirigentes daquele partido estimularam o fracionamento da APML. Cita um exemplo ocorrido na Bahia, onde um setor da APML saiu da organização e ingressou no PC do B.⁷ Olhando em retrospectiva, constata (PEREIRA (1999): “Até hoje eles nunca fizeram uma reavaliação disso”. Como registro das tratativas, adiciona: “eu guardei, durante esses anos todos, a carta que o Danielli me entregou em mãos, fazendo autocrítica, propondo esses encaminhamentos. Está nos documentos desse acervo que eu depositei” (PEREIRA, 1999).

A leitura do texto, intitulado “Para concluir o processo”, informa que o PC do B, avaliando como positivo o processo vivido na AP, via com simpatia a tendência revolucionária formada em seu interior e a apoiava. Assegura, igualmente, que concordava com a integração de militantes e quadros da AP que sustentavam posição

⁷ Essa cisão foi liderada por João Batista Drummond, conhecido na APML como Evaristo, que se tornou dirigente do PC do B e viria ser assassinado pela repressão na Chacina da Lapa, em 1976.

marxista-leninista. Caberia à AP delimitar as posições marxistas-leninistas, em oposição à chamada tendência pequeno-burguesa e neotrotsquista.

Também afirma que o PC do B considerava útil “uma carta de sua direção à maioria da AP com o objetivo de ajudar o processo em curso da unificação” (DANIELLI, 1972). A premissa, contudo, era a conclusão de que “já existe um partido marxista-leninista e sua posição é correta” (DANIELLI, 1972). Era necessário que os membros da AP chegassem a pontos de vista comuns com o PC do B. Explica: “não se trata simplesmente de aderir às orientações do PC do B, mas de chegar às mesmas conclusões. Não podem existir duas linhas e dois programas corretos” (DANIELLI, 1972). Quanto ao II Congresso da AP, avalia que sua realização dependeria das circunstâncias. Orienta: “O importante é que a grande maioria discuta o Documento-Base e o aprove” (DANIELLI, 1972).

Subjaz ao depoimento de Duarte Pereira a compreensão de que os encaminhamentos e o resultado poderiam ter sido diferentes. Não é possível aferir a factibilidade dessa hipótese. É difícil interpretar as camadas mais profundas das tratativas, desenvolvidas na interlocução direta, além do que se lê no texto do documento. Seja como for, independentemente da margem para administrar divergências como as esposadas por Duarte Pereira, os pressupostos estavam demarcados, estabelecendo o primado do PC do B e a correção de seu programa e de sua estratégia. Os membros da APML deveriam chegar àquelas conclusões.

No esquema que esboçou em 1973, Duarte Pereira reconhecía, como lição mais importante, que o dever dos marxistas-leninistas brasileiros era fortalecer o Partido Comunista do Brasil. Mais: “o PC do Brasil é o único e verdadeiro partido da classe operária; os revolucionários que querem guiar-se pelo marxismo-leninismo devem unir-se no PC do Brasil e ajudá-lo a cumprir sua missão” (PEREIRA, 1973). Todavia, em outra intervenção, expôs que mantinha, naquela época, discordâncias importantes e reivindicava canais para exercê-las no outro partido: “Existindo essas divergências, eu só poderia ingressar no PC do B se o partido reconhecesse que eram legítimas e que eu tinha o direito de continuar a defendê-las pelos canais apropriados” (PEREIRA, 1999B).

Uma divergência ideológica importante entre a APML e o PC do B dizia respeito à caracterização “do pensamento de Mao Tse-Tung como uma nova etapa na teoria revolucionária do proletariado mundial”, ou seja, ao “marxismo-leninismo-maoísmo” (PEREIRA, 1999b, p. 7). Duarte Pereira, (1999b, p. 9) alega que ele rejeitava a reavaliação sem uma análise cuidadosa que abrangesse “as questões da ‘época histórica’ e da ‘etapa teórica’, e não apenas a do ‘tipo de partido’”. Adicionalmente, revela: “tendo recebido a incumbência de dar forma final à chamada ‘Tese da Unificação’ (com o PC do B), (...) pude deter-me na releitura de documentos do PC da China, do PC do Brasil (...) e na reavaliação de nossos próprios debates” (PEREIRA, 1999b, p. 9).

Identificando a raiz do erro, concluiu que, não obstante a mudança da correlação de forças e da apresentação de novos desafios, “nem a base teórica, nem a forma de organização dos partidos proletários marxistas-leninistas precisavam revestir-se de características inteiramente novas” (PEREIRA, 1999b). Indicando que uma sucinta reformulação da posição foi incorporada ao documento “Vitória do Marxismo-

leninismo”, veiculado pelo jornal “Libertação” em janeiro de 1973, quando a “maioria” publicizou a exclusão dos dirigentes da “minoría”, acrescenta que “uma reavaliação mais desenvolvida deveria constar do balanço final da AP” (PEREIRA, 1999b).

Desatado “o nó da época histórica incorretamente caracterizada” (PEREIRA, 1999B), restavam outras questões. Exposição exaustiva de sua divergência encontra-se no documento “Estêvão e o Partido Comunista do Brasil”. Nos limites aqui dispostos, é elucidativa a abordagem sintética que ofereceu em palestra recente:

Seria difícil explicar todas as razões (...). Achava que a AP deveria se unir com o PC do B sob condições. Porque as posições que o PC do B tinha não eram da tradição da AP. Fazia parte da tradição da AP a crítica do modelo soviético desde o Documento-Base e eu pessoalmente nunca renunciei a essa crítica. A gente compreendia o papel histórico que Stalin tinha desempenhado na construção do socialismo, na defesa da União Soviética, na Segunda Guerra etc., mas não se podia abrir (mão) da crítica aos erros, aos crimes que haviam sido cometidos. E que precisavam ser discutidos. A China discutia, mas o PC do B e a Albânia não admitiam essa discussão. Era uma questão decisiva. A outra questão decisiva era a sociedade brasileira. No grau de desenvolvimento do capitalismo que já tínhamos, no grau de industrialização que já havíamos alcançado, não podia ser considerada uma sociedade semifeudal, semicolonial. Esse debate estava presente e eu nunca concordei com ele.⁸ Eu achava que devíamos nos unificar através de um congresso que debatesse essas questões, e que as unificasse entre nós (da AP), e que as colocasse como questões para o próprio PC do B. Não era uma visão de incorporar só para fortalecer quantitativamente o PC do B, era uma perspectiva de

⁸Em livro sobre a história da AP, Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984, p. 158) referem-se a esses episódios finais do processo laconicamente: “dessa decisão não participou Duarte Pereira, argumentando divergências de conteúdo e de mérito”. Por seu turno, Gorender (1987, p. 117), em “Combate nas trevas”, e Kucinski (1991, p. 199), em “Jornalistas e revolucionários”, registraram, sucintamente, esses argumentos de Duarte Pereira. Em janeiro de 1973, ao redigir a apresentação da segunda edição da pesquisa coletiva “Contribuição à compreensão científica da sociedade brasileira”, realizada por dirigentes ligados à maioria da APML, Duarte Pereira assinalou, referindo-se a si próprio: “Um dos autores deste trabalho considera errado afirmar que a sociedade brasileira é *semifeudal e semicolonial*, embora nela já prevaleçam as relações capitalistas” (APML, 1973a, p.VIII).

incorporar para nos renovarmos mutuamente diante dos novos desafios e das novas tarefas (PEREIRA, 2014).

Por um lado, entendia que o II Congresso da APML, além de resolver a oposição entre os campos em disputa, teria o papel de solucionar as contradições da maioria. Por outro, não concordava com a revisão unilateral das posições da APML, como se a ela pertencessem todos os erros e ao PC do B todos os méritos (PEREIRA, 1999b). Sem canais para negociar sua posição, ficou à margem dos encaminhamentos decisivos.⁹

Em 1999, tanto no depoimento aos pesquisadores da Unicamp quanto no ensaio que consolidou sobre temas relacionados, citou que o PC do B, somente naquela década, havia reavaliado questões negativas da experiência soviética e a caracterização da sociedade brasileira. Considerou que essa era uma evidência de que o diálogo com o legado da AP teria sido positivo. Constatou, ainda, que a mudança de posicionamento não viera acompanhada de uma autocrítica (PEREIRA 1999 e 1999a).

O epílogo ou a pós-história

Em sua mais recente intervenção pública, Duarte Pereira agregou elementos à sua interpretação sobre a fase posterior à cisão da APML e da incorporação da maioria ao PC do B. Durante um período, as duas alas, a maioria e a minoria, reivindicaram o nome da APML. A primeira porque, mesmo com o ingresso no PC do B, manteria estruturas da organização até 1975. A segunda porque manteve uma organização referida na denominação da APML e em sua história até o início da década de 1980, sob liderança de Jair Ferreira de Sá (DIAS, 2004; AZEVEDO, 2010).

Duarte Pereira é crítico do fato de os ex-dirigentes da APML, já incorporados ao PC do B, terem mantido temporariamente algumas estruturas:

Eles continuaram publicando (o jornal Libertação), dizem que por motivo de segurança, para não tornar claro que já havia ocorrido a unificação dos dois partidos, mas também por motivos de disputar influência, disputar militantes.

⁹No fundo documental Duarte Pacheco Pereira (AEL), há registros dos debates da época da incorporação. Merece atenção a troca de correspondência entre Estêvão e a Fração do Partido Comunista Coordenadora da Integração dos Ex-militantes da AP, datada dos meses posteriores à decisão do Birô Político pela incorporação ao PC do B. Os destinatários eram Haroldo Lima e Aldo Arantes. Candidato a ingressar no partido, Duarte Pereira ainda reivindicava canais para expressar suas divergências aos ex-militantes da AP. Seu objetivo foi sintetizado da seguinte maneira: “Defender os direitos legítimos da Ação Popular e defender também os genuínos interesses da classe operária e de seu partido: compromisso principal com o partido, de lutar pela incorporação e de levar a AP a fazer autocrítica de seus erros, mas também um compromisso efetivo com a AP, de defender seus direitos ao seu reconhecimento pelo Partido como organização marxista-leninista e ao reconhecimento pelo Partido dos erros que cometeu na relação com a organização e das causas desse erro” (PEREIRA, 1973b).

Continuaram se apresentando como AP quando já não tinham nada a ver com a AP (PEREIRA, 2014).

Mais delicado é o fato de Duarte Pereira convencer-se, mediante evidências que colheu, de que a incorporação dos principais dirigentes ao PC do B ocorreu em 1972, e não em 1973, conforme constava das manifestações oficiais da APML: “Eles entraram oficialmente em maio de 1973. Há uma resolução que diz ‘Incorporemo-nos ao PC do B’. Eu já não estava mais fazendo parte da direção que aprovou. Na realidade, e hoje tenho vários depoimentos deles próprios, eles entraram em outubro de 1972”.¹⁰ Expõe a gravidade de sua inferência (PEREIRA, 2014): “é um motivo de sofrimento pessoal, porque nós expulsamos o Paulo Wright e o Jair por fracionismo, mas o fracionismo já estava sendo praticado por esses companheiros. É uma situação que é um absurdo”. Mais amplamente, interpreta que, a despeito das enormes divergências que separaram a “maioria” da “minoria”, havia um ponto comum:

Da parte de todos os seus dirigentes, não só da parte dos dirigentes que se integraram no PC do B, mas daqueles que a mantiveram organizada por alguns anos ainda, era já proposto que ela (a AP) se unificasse com outras organizações em torno de posições que não eram suas posições históricas. Isso ocorreu também com o outro setor que não aderiu ao PC do B (PEREIRA, 2014).¹¹

¹⁰Introduzido há pouco tempo no debate, esse tema merece investigação aprofundada. Cite-se, porém, que documentos do PC do B influenciaram a conclusão de Duarte Pereira. Nas Resoluções do 11º. Congresso do PC do B, na seção que divulga a biografia dos dirigentes, constata-se que havia 13 membros do Comitê Central egressos da Ação Popular, aos quais se somavam outros quatro suplentes. Assinala-se que todos haviam se incorporado ao PC do B em 1972. Do rol fazem parte os três dirigentes que compunham o Birô Político da APML: Aldo Arantes, Haroldo Lima e Renato Rabelo. Os três teriam sido “cooptados para o Comitê Central” naquele ano (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2001, p316-330). Nas Resoluções do 12º. Congresso do PC do B, os verbetes a respeito dos ex-dirigentes do Birô Político da APML seguem o mesmo padrão (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2009, p. 348, 358 e 369). No livro que documenta os votos da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, a respeito da petição de Aldo Arantes, consta: “Informa que em 1972 ingressou no Partido Comunista do Brasil e passou a integrar a sua direção na clandestinidade” (BRASIL, 2013, p.189).

¹¹Refere-se ao fato de a APML, nesse novo período, ter adotado políticas para criar o que denominou de Tendência Proletária, em associação com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, com a Política Operária e com o Movimento de Emancipação Proletária, tendo como objetivo último construir o partido de vanguarda da revolução brasileira. Nessa intervenção, Duarte Pereira citou o livro de memórias de Ricardo Azevedo (2010), dirigente da APML na segunda metade da década de 1970.

Duarte Pereira denomina essa última fase de pós-história. Consolida, assim, a seguinte periodização: “(a AP) tem uma pré-história, tem um período em que existe de forma marcante na vida nacional e tem uma pós-história, quando ela começa a desaparecer como organização unificada e autônoma” (PEREIRA, 2014). Depreende-se que a “história” teria sido encerrada no desfecho da luta interna.

Na segunda metade da década de 1970, Duarte Pereira engajou-se no projeto do jornal “Movimento”, um dos mais emblemáticos da imprensa alternativa de resistência à ditadura. Em condições de clandestinidade, produziu a série de editoriais conhecida como “Ensaios populares” (AZEVEDO, 2011). Em determinada fase, assinou materiais com o pseudônimo de Alfredo Pereira, cujas iniciais formavam a sigla AP. Era uma irônica atitude de resistência naqueles tempos sombrios. Com a anistia, voltou a trabalhar como jornalista ou redator técnico em vários órgãos e empresas. Não teve mais vinculações orgânicas com partidos. Por um período, nutriu expectativa de retomar negociações com o PC do B e manteve proximidade, mas afastou-se com o tempo.

Ao concluir a entrevista ao AEL, declarou sua condição de isolamento político e reafirmou, não obstante, quatro compromissos que pretendia preservar pelo resto da vida: 1) com as classes trabalhadoras; 2) com o projeto socialista; 3) com o entendimento de que o socialismo não se separa da democracia para os trabalhadores; 4) com o marxismo, compreendido em sua dialética de renovação e desenvolvimento, em completa ruptura com certa tradição dogmática (PEREIRA, 1999).

Considerações finais

Entendidas como expressão do campo da memória, as intervenções de Duarte Pereira são válidas, em si mesmas, como narrativa sobre a história da AP. Seja na abordagem de fatos e conjunturas, seja na apreciação das sucessivas redefinições vividas, oferecem subsídios densos, elaborados pela subjetividade do protagonista, para a interpretação do conjunto da experiência.

Formado nas fileiras da esquerda católica, constata-se que sua biografia, entrelaçada com a experiência coletiva, é representativa da dinâmica da transformação política, ideológica e orgânica da AP em favor da adoção do marxismo-leninismo, em conjuntura de ascensão da perspectiva revolucionária, tal como interpretada pelos agentes políticos. Mais do que participante, foi um dos líderes e elaboradores desse processo. Entretanto, apesar de ter sido precursor da proposta de unificação com o PC do B, assumida pela ala majoritária da direção da AP, divergiu dos termos de conclusão do processo.

Na elaboração da memória de seus companheiros de geração da direção da AP, pode ser identificada, não raro, a influência das opções orgânicas que assumiram depois. Como Duarte Pereira não estabeleceu relações dessa natureza, sua memória, de certa forma, é balizada pelos vínculos com a história da AP, embora possam ser identificadas, eventualmente, ressonâncias de experiências e reflexões posteriores.

Nesse diapasão, suas intervenções sistematizam compromisso com as posições que assumiu em cada conjuntura e com a dinâmica de redefinições da política da AP. Se houver uma teleologia que explica o passado a partir do presente, o principal marco

regulatório é o desenlace das disputas que vivenciou como dirigente da organização. Além disso, com a independência orgânica do período posterior, revisita a história e tenta extrair, sem a urgência revolucionária da formulação sistematizada nos anos da AP, as virtualidades das políticas em sua época. Daí o fato de os depoimentos ampliarem as nuances da abordagem, sem colidirem frontalmente com as principais balizas da análise sedimentada como dirigente.

É ocioso especular como sua memória teria sido elaborada se tivesse trilhado, apesar das divergências expostas, o mesmo caminho que os outros membros da maioria do Birô Político. Com base na documentação e em seus depoimentos, é mais produtivo constatar que deixou de seguir aquele caminho, em 1973 e depois, por justificar compromisso com o legado da AP e se recusar a fazer revisão unilateral.

A história da AP é repleta de disputas a respeito de fatos, de processos e do sentido global de sua experiência. Há diferentes narrativas memorialísticas produzidas pelos personagens, cada qual com sua legitimidade. Elaborada com erudição e método, a contribuição de Duarte Pereira, rapidamente sistematizada e analisada neste texto, é uma das mais informativas e instigantes.

Referências

AÇÃO POPULAR. *Documento-Base*, 1963.

_____. *Resolução política*, 1965.

_____. *Histórico*, 1966a.

_____. *Pesquisa sobre a situação da organização*, 1966b.

_____. *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, 1967.

_____. *Os seis pontos*, 1968a.

_____. *Dois posições*, 1968b.

_____. *Autocrítica da direção nacional*, 1968c.

_____. *Desmascarar o grupo oportunista e provocador de Rolando*, 1968c.

_____. *Audácia nos objetivos e rigor nos métodos*, 1969.

APML. *Programa básico*, 1971a.

_____. *Viva a nova Ação Popular*. Comunicado da III RADN, 1971b.

_____. *Lutemos pela unificação em torno do Partido Comunista do Brasil*.

Tese aprovada pelo CC da APML, 1971c.

_____. *Contribuição à compreensão científica da sociedade brasileira*, 1973a.

_____. *Incorporemo-nos no Partido Comunista do Brasil*, 1973b.

ARANTES, Aldo. *Alma em fogo*. Memórias de um militante político. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. São Paulo: Manifesto, 2011.

AZEVEDO, Ricardo. *Por um triuz*. Memórias de um militante da AP. São Paulo: Plena Editorial, 2010.

BRASIL. *Livro dos votos da Comissão da Anistia*. Brasília/Florianópolis: Ministério da Justiça/Comunicação, estudos e consultoria, 2013.

DANIELLI, Carlos. *Para concluir o processo*, 1972. Mimeó.

DIAS, Reginaldo B. *A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda*

- na experiência da Ação Popular. Tese de doutorado em História. Unesp, 2004.
- _____. Da esquerda católica à esquerda revolucionária. A Ação Popular na história do catolicismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, V.1. N. 1, p. 166-195, maio 2008.
- GARCIA, M.A. AP: do cristianismo ao marxismo-leninismo. In: *Em tempo*, n.82. São Paulo, 20 a 26 set., 1979.
- GOENDER, Jacob. *O combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KUCISNKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991.
- LIMA, H. & ARANTES, A. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- LIMA, L.G.S. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A classe operária*. n.59. nov 1971.
- _____. *11o. Congresso do PC do B*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- _____. *12o. Congresso do PC do B*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Entrevista ao Arquivo Edgard Leuenroth*, 1999.
- _____. *Onze anos de lutas e de avanço no caminho da revolução*, 1973.
- _____. *Estêvão e o Partido Comunista do Brasil*, 1999b. Mimeo.
- _____. *Entrevista ao autor deste artigo*, 2011
- _____. *A participação da Ação Popular na luta contra a ditadura e sua contribuição à história da esquerda brasileira*. Palestra. São Paulo: Memorial da Resistência, 2014.
- _____. *Correspondência com Nilce Azevedo Cardoso*. 22 jan. 2002.
- _____. *Correspondência com Carlos Nelson Coutinho*. 12 maio 2005.
- _____. *À fração do PC do Brasil que está coordenando os trabalhos de integração orgânica e individual dos antigos membros da AP*. 11 jul. 1973.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SOUZA, Herbet. et alli. *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1976.
- SOUZA, L.A.G. A política e os cristãos. In BOFF, C. Et. Alii. *Cristãos: como fazer política*. Petrópolis: Vozes, 1987.